

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN – FAMECOS

ANNA CLARA DALBEM LOPES

O PODER DA FONTE EM OFF:
UMA ANÁLISE DOS CASOS WATERGATE, NOS ESTADOS UNIDOS, E VAZA JATO, NO
BRASIL

Porto Alegre

2019

GRADUAÇÃO



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

ANNA CLARA DALBEM LOPES

O PODER DA FONTE EM OFF:

UMA ANÁLISE DOS CASOS *WATERGATE*, NOS ESTADOS UNIDOS, E VAZ
JATO, NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do grau
de Bacharel em Jornalismo pela Escola de
Comunicação, Artes e Design – Famecos da
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande
do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Juan Domingues

Porto Alegre

2019

ANNA CLARA DALBEM LOPES

O PODER DA FONTE EM OFF:

UMA ANÁLISE DOS CASOS *WATERGATE*, NOS ESTADOS UNIDOS, E VAZAJATO, NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo pela Escola de Comunicação, Artes e Design – FAMECOS da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Dr. Juan Domingues – PUCRS

Profa. Dra. Andréia Denise Mallmann – PUCRS

Profa. Dra. Karen Sica Cunha – PUCRS

Porto Alegre

2019

Dedico este trabalho para as pessoas que
correram riscos ao expor incongruências
políticas e para os jornalistas que se
comprometem em noticiar essas histórias.

AGRADECIMENTOS

Devo agradecer primeiramente a quem fez esse sonho ser possível: meus pais. Obrigada Kelli Adriane Dalbem Lopes e Luiz Renato Salatti Lopes, pelas inúmeras noites me esperando chegar da faculdade à meia-noite, com comidinha quente e prontos para escutar como foi meu dia na capital. Não foi fácil, mas a gente sempre deu um jeito. Eu amo vocês!

Até pouco tempo atrás eu passava mais tempo dentro de um ônibus do que em casa, indo e voltando de Porto Alegre. Agora, a realidade é outra. Aprendi a ser mais responsável, a conviver com a minha própria companhia e (um pouco) longe de casa. Mas como é bom crescer!

Agradeço de todo coração à Famecos, por permitir que eu me encontre não só como profissional, mas como pessoa, e aprenda com tantos mestres os desafios e maravilhas do jornalismo.

Para as minhas colegas, amigas e companheiras de sofrimento com a monografia: Morgana Virgili, Vitória Miranda e Lívia Rossa. Obrigada pelas inúmeras conversas desesperadas, os conselhos e companhia durante noites viradas escrevendo. Nós conseguimos!

Agradeço ao meu orientador Juan Domingues, que na primeira orientação sentiu que eu não estava segura com o tema anterior e me ajudou a encontrar um novo objetivo, que me proporciona tanto orgulho. Obrigada também pelo DVD emprestado de “Todos os homens do presidente”, foi essencial durante o trabalho e cuidei com muito carinho!

Gostaria de agradecer a mim mesma, por ser capaz de construir este trabalho mesmo quando duvidava. Foram algumas noites viradas, choros involuntários com aquele misto de desespero e alegria que só o TCC nos proporciona. Mas nasceu, eu consegui fazer isso acontecer!

Agradeço a toda minha família, aos meus dindos, primos e avó, que acompanharam todo esse processo mesmo de longe, já que foram alguns finais de semana sem ir para Arroio dos Ratos. Preciso agradecer também ao meu gatinho Oliver, que teve paciência de ficar uns dias sem ganhar tanta atenção, mas sempre dava um jeito de subir no meu colo enquanto escrevia.

RESUMO

Esta monografia analisa a importância da fonte em off dentro do jornalismo nos casos *Watergate*, cobertura realizada pelo jornal *The Washington Post*, em 1974, e Vaza Jato, série de reportagens publicadas pelo portal independente *The Intercept* Brasil, em 2019. O objetivo deste trabalho é compreender a atuação da fonte em off em matérias investigativas que retratam escândalos políticos, identificar a ética jornalística, analisar trechos de cada caso e o posicionamento dos alvos.

Palavras-chave: Jornalismo. Fonte em off. *Watergate*. Vaza Jato.

ABSTRACT

This monograph examines the importance of the off source in journalism in the Watergate cases, coverage by The Washington Post in 1974, and *Vaza Jato*, a series of reports published by the independent portal The Intercept *Brasil* in 2019. The aim of this paper is understand the off-source performance in investigative stories that portray political scandals, identify journalistic ethics, analyze excerpts from each case and the positioning of targets.

Keywords: Journalism. Source off. Watergate. *Vaza Jato*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Jornalistas Carl Bernstein e Bob Woodward retratados no filme “Todos os homens do presidente”, de 1976.....	41
Figura 2 - Carl Bernstein e Bob Woodward do jornal <i>The Washington Post</i>	43
Figura 3 - Ilustração de mensagem retirada da matéria do site <i>The Intercept</i> Brasil	48
Figura 4 - Deltan Dallagnol apresenta denúncia contra o ex-presidente Lula	49
Figura 5 - Ilustração de mensagem retirada da matéria do site <i>The Intercept</i> Brasil	52
Figura 6 - Ilustração de mensagem retirada da matéria do site <i>The Intercept</i> Brasil	53
Figura 7 - Ilustração de mensagem retirada da matéria do site <i>The Intercept</i> Brasil	54
Figura 8 - Ilustração de mensagem retirada da matéria do site <i>The Intercept</i> Brasil	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Os jornais mais antigos do mundo	16
Quadro 2 - Pesquisa do jornalismo convencional e investigativo de acordo com manual da UNESCO	25
Quadro 3 - Divergências entre jornalismo convencional e investigativo.....	28

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	HISTÓRIA DO JORNALISMO: CONTEXTOS DA IMPRENSA BRASILEIRA E AMERICANA	15
2.1	JORNALISMO COMO UM TODO: OS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS ...	15
2.2	O INÍCIO E DESENVOLVIMENTO DA IMPRENSA BRASILEIRA	17
2.3	A ORIGEM DO JORNALISMO DOS ESTADOS UNIDOS.....	19
2.4	A APURAÇÃO JORNALÍSTICA CONTRA O TEMPO	20
2.5	SURGIMENTO DA INVESTIGAÇÃO JORNALÍSTICA	22
3	FONTE: ELEMENTO ESSENCIAL DO JORNALISMO	26
3.1	A IMPORTÂNCIA DAS FONTES JORNALÍSTICAS.....	26
3.2	A VARIEDADE DE FONTES NO JORNALISMO	28
3.2.1	Primárias e secundárias	29
3.2.2	Oficiais, oficiosas e independentes.....	29
3.2.3	Sigilosa (off the record).....	30
3.2.4	Testemunhas e experts	31
3.3	ÉTICA E LIBERDADE NO JORNALISMO	31
4	ANÁLISE DE TRECHOS DOS CASOS <i>WATERGATE</i> E <i>VAZA JATO</i>.....	36
4.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	36
4.2	O USO DA FONTE EM OFF NO CASO <i>WATERGATE</i>	37
4.3	<i>WATERGATE</i> : UM DOS MAIORES ESCÂNDALOS POLÍTICOS RETRATADO PELO JORNAL <i>THE WASHINGTON POST</i>	40
4.4	O USO DA FONTE EM OFF NO CASO <i>VAZA JATO</i>	44
4.5	AS CONVERSAS VAZADAS ENTRE PROCURADORES E JUÍZES DA LAVA JATO PELO PORTAL INDEPENDENTE <i>THE INTERCEPT</i> BRASIL.....	47
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
	REFERÊNCIAS	62

1 INTRODUÇÃO

Um grupo de homens com equipamentos de escuta, câmeras e luvas cirúrgicas durante uma invasão na sede do Partido Democrata, localizado no prédio *Watergate*, em Washington, culmina no caso mais importante para o jornalismo dos Estados Unidos. O grupo era formado por ex-membros da CIA (Agência Central de Informações norte-americana).

Em 1972, os jornalistas do *Washington Post*, Carl Bernstein e Bob Woodward, perceberam uma relação entre o caso *Watergate* e a Casa Branca, e assim iniciaram uma investigação sobre um esquema de espionagem, sabotagem e uso ilegal de dinheiro da campanha eleitoral do então presidente Richard Nixon. Em uma folha de pagamento do comitê, Woodward e Bernstein encontraram o nome de um dos homens presos pela invasão, que, no caso, trabalhava na campanha de reeleição de Nixon. Com uma série de reportagens, os repórteres descobriram que Nixon usou dinheiro não declarado para espionar os adversários e conseguir vantagens na campanha de reeleição.

O caso ficou ainda mais famoso quando veio à tona uma das fontes mais significativas para o jornalismo, o *Deep Throat* (na tradução, Garganta Profunda), codinome inspirado em um filme pornográfico famoso da época. Garganta Profunda se encontrava secretamente para confirmar informações que os jornalistas obtinham de outras fontes. A apuração jornalística resultou na renúncia do 37º presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, do Partido Republicano.

Quarenta e sete anos depois, no dia 9 de junho de 2019, o Brasil se depara com vazamentos de mensagens instantâneas entre procuradores da Justiça e juízes da Operação Lava Jato, conjunto de operações da Polícia Federal do Brasil para apurar esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro.

O site independente *The Intercept* Brasil divulgou mensagens referentes ao período de 2014 a 2019 entre o até então juiz Sérgio Moro — atualmente ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil — e o coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato, Deltan Dallagnol. Os diálogos apresentados relatam indícios de que a operação tinha como objetivo prejudicar a possível candidatura do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).

Até onde se sabe, o *The Intercept* não ouviu fontes em off, como no caso Watergate. No entanto, recebeu, de uma fonte oculta, arquivos de mensagens trocadas em um aplicativo de mensagens.

Em abril de 2018, Lula foi preso após condenação sentenciada por Moro, confirmada em segunda instância, com uma pena em 12 anos e um mês. Por coincidência, ou não, o ex-presidente tornou-se inelegível no momento em que liderava as pesquisas das eleições presidenciais de 2018. A desautorização de candidatura resultou em uma oportunidade para a vitória de Jair Bolsonaro. Segundo o site *The Intercept* Brasil (2019), a importância da reportagem aumentou ainda mais logo após o ex-juiz Sergio Moro ser nomeado para o Ministério da Justiça.

A gravidade do caso *Watergate* consiste, principalmente, em um presidente que mentiu para a população dos Estados Unidos. A Vaza Jato trata de uma quebra do código de ética de juízes e procuradores, já que julgamentos foram tratados de forma parcial.

A importância do jornalismo, muitas vezes, não é reconhecida, mas quando a pauta envolve política e seus escândalos internos, o mundo para. Esta monografia aborda o valor das fontes no jornalismo, com ênfase na fonte em off. Os casos retratados são *Watergate*, do jornal *The Washington Post*, de 1974, e Vaza Jato, do portal independente *The Intercept* Brasil, em 2019.

Com a perspectiva do procedimento metodológico de análise de cobertura jornalística, é discutido nesta monografia os processos de apuração e a procedência dos fatos, a utilização da fonte em off, trechos dos casos, posicionamento do veículo de comunicação e a postura dos alvos de cada acontecimento.

No primeiro capítulo desta monografia são realizadas abordagens sobre a origem do jornalismo em um modo geral, nos Estados Unidos e no Brasil. Para aprofundar o assunto, esta parte foi dividida em quatro subcapítulos, na qual especificaremos as definições históricas do jornalismo e principais fatos ocorridos durante a ascensão da imprensa brasileira. Além disso, contextualizamos o surgimento da imprensa americana e como foi a transição de um conteúdo sensacionalista para imparcial. Mello (1996) é essencial para desenvolver e contextualizar o início da imprensa brasileira, passando pela Imprensa Régia, Assis Chateaubriand até o Golpe Militar de 64. Durante a abordagem sobre a imprensa americana são contextualizados itens como Revolução Industrial, Benjamin Franklin, conteúdos sensacionalistas, Guerra civil e Guerra Fria, até chegar no caso *Watergate*,

retratado ao longo desta monografia. Sendo assim, autores como Kunczik (1997), Schudson (2007) e Barbosa (2008) foram inseridos no assunto.

Ao abordar a apuração, considerada uma das etapas mais importantes dentro do jornalismo, foram discutidos pontos como o surgimento da técnica de apurar e a obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Os autores escolhidos para abordar o assunto são Hunter (2013), Sequeira (2005), Rocha e Noronha (2016), Fortes (2005) e Lage (2001).

Para desenvolver o último subcapítulo, que trata sobre a origem e características do jornalismo investigativo, aborda-se como ocorreu a ascensão desta área quando os Estados Unidos entraram na Segunda Guerra Mundial e durante escândalos políticos da Era Collor. A forma como o tempo e recursos interferem no conteúdo jornalístico são desenvolvidos pelos autores Sequeira (2005), Hunter (2013) e Fortes (2005), que são utilizados novamente.

No terceiro capítulo desta monografia é retratada a importância da fonte dentro do jornalismo. Com isto, contextualizamos os principais tipos de fontes dentro da profissão, seja ela primária, secundária, oficial ou em off. Além disso, é abordada uma palestra com o jornalista e editor do portal independente *The Intercept* Brasil, Alexandre de Santi, que participou das reportagens da Vaza Jato. O evento debateu itens como a relevância de fontes e a própria fonte em off. Para isso, os autores escolhidos foram Beltrão (1976), Mello (1996), Bucci (2000) e Schmitz (2001). Na categorização de cada fonte jornalística, Sousa (2001), Bucci (2009), Lage (2001), Mello (1996) e Schmitz (2001) são fundamentais para aprofundar o estudo.

Para ilustrar a ética dentro do jornalismo e a liberdade de imprensa buscou-se entender os artigos apresentados dentro do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros e a própria Constituição brasileira, principalmente para compreender melhor a atuação que o jornalista – e até mesmo as fontes – devem ter em questões que envolvem grandes investigações. Neste subcapítulo é discutida a relação entre jornalista e fonte, sobre como devemos demonstrar confiança para quem nos cede informações. Sendo assim, o autor fundamental para retratar o assunto é Bucci (2000).

Em relação aos procedimentos metodológicos desta monografia, Silva e Maia (2011) e Silva (2008) são essenciais para basear a construção desta pesquisa com o protocolo da análise de cobertura jornalística, que propõe um entendimento maior sobre o trabalho das redações jornalísticas e apurações de casos.

Para abordar o uso da fonte em off nos casos Watergate e Vaza Jato, Bucci (2000) e Greenwald, Reed e Demori (2019) desenvolvem um contexto para explicar a utilização do anonimato. Na estrutura da análise do caso Watergate são utilizados Bernstein e Woodward (1974), Gurovitz (2016) e Fortes (2005), com base em trechos retirados do livro e filme “Todos os homens do presidente”.

A análise sobre o caso da Vaza Jato, com foco principal nos trechos das conversas vazadas entre procuradores e juízes, tem como base autores como Martins, Demori e Greenwald (2019), Martins, Santi e Greenwald (2019), Bucci (2009), Macedo e Brandt (2019) e Bucci (2000).

A monografia foi produzida em cinco capítulos, entre os quais estão incluídos a Introdução e Considerações Finais. No primeiro capítulo, intitulado “História do jornalismo: contextos da imprensa brasileira e americana”, será apresentado o jornalismo de forma geral, a história da profissão no Brasil e Estados Unidos, os conceitos gerais, apuração e um breve contexto do jornalismo investigativo.

O segundo capítulo, “Fonte: elemento essencial do jornalismo”, abordará como as fontes são uma parte essencial do jornalismo, ainda mais na área investigativa, além de contextualizar a fonte em off, presente nos casos *Watergate* e Vaza Jato.

Já no terceiro e último capítulo, “Análise de trechos dos casos *Watergate* e Vaza Jato”, será analisado o caso da fonte em off no caso *Watergate*, de 1974, nos Estados Unidos, e o da fonte sigilosa, apresentado na Vaza Jato, de 2019, no Brasil. Além disso, será estudada a forma que as investigações são realizadas em ambos casos, analisando trechos das reportagens.

Para obter resultados neste trabalho, foi necessário responder tais questões: Quais são os tipos de fontes jornalísticas? Como o caso *Watergate* reflete atualmente no Brasil? Qual a diferença entre as investigações dos casos *Watergate* e Vaza Jato? Como a fonte em off continua sendo importante no jornalismo?

A escolha do tema deu-se devido o fascínio por grandes investigações e seus efeitos perante a sociedade. Além disso, a necessidade de abordar o valor das fontes jornalísticas falou mais alto. Devemos questionar mais o que seria do jornalismo sem fontes, pois realmente é algo difícil de imaginar, ainda mais no momento atual, no qual estamos cercados de desordens políticas. Casos mais aprofundados do jornalismo são desvendados por meio de fontes, tanto as que não se importam de falar abertamente sobre o caso quanto as que não desejam ter a identidade revelada – categorizada como fonte em off, abordada ao longo desta monografia.

Sem esses outros lados da história, seríamos informados somente por pessoas dentro do poder, que possuem influência, mas que também querem encobrir escândalos. Em ambos acontecimentos, Watergate e Vaza Jato, a fonte age como um aliado do jornalista. No entanto, os dois casos apresentam certas semelhanças e divergências, retratadas ao longo deste trabalho.

2 HISTÓRIA DO JORNALISMO: CONTEXTOS DA IMPRENSA BRASILEIRA E AMERICANA

Neste capítulo, será abordada a origem do jornalismo, sua definição e características. Sendo assim, o capítulo é dividido em quatro subcapítulos para aprofundar o estudo. Serão reunidos fatos históricos desde Júlio César, imperador romano, até o webjornalismo, uma bomba de informações em tempo real. Especificaremos as definições históricas do jornalismo no país e principais fatos ocorridos durante a ascensão da imprensa brasileira, veremos o surgimento da imprensa americana e como foi a transição de um conteúdo sensacionalista para imparcial. Além disso, será retratada a importância da pesquisa aprofundada em grandes investigações, como o tempo e recursos interferem na qualidade da informação e conteúdo jornalístico. Para concluir, abordaremos a história e características do jornalismo investigativo, no âmbito geral, brasileiro e americano.

2.1 JORNALISMO COMO UM TODO: OS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

A origem exata do jornalismo é incerta, entretanto, tudo indica que Júlio César, imperador romano, foi um grande profissional de marketing. Para divulgar suas conquistas militares e informar o povo da expansão do Império, ele criou a chamada “Acta Diurna”, o provável primeiro jornal do mundo.

A “Acta Diurna” foi uma publicação oficial do Império Romano, criada no ano de 59 a.C. Ela reunia notícias diárias para a população de todas as regiões do Império e de fora dele, abordando principalmente conquistas militares, ciência e política.

Já durante a Idade Média, os jornais e o próprio jornalismo tiveram o maior salto tecnológico da época, a prensa de papel inventada pelo alemão Johannes Gutenberg. A inovação possibilitou que o trabalho, que antes era realizado manualmente, pudesse ser feito por meio máquinas, tornando a publicação de livros e jornais mais prática e barata.

O jornal impresso, por mais que tenha sido ameaçado com tantas evoluções, segue sendo consumido, principalmente pelas antigas gerações. É a segunda principal mídia, ficando atrás apenas da televisão. Conforme Kunczik (1997, p. 23):

Muito tempo se passou antes de se chegar às quatro características dos jornais modernos: 1. publicidade; 2. atualidade (ou seja, informação que se relaciona com o presente e o influencia); 3. universalidade (sem excluir nenhum tema); 4. periodicidade (distribuição regular).

Os primeiros jornais começaram a circular com regularidade em 1609, na Alemanha, sendo eles “Aviso” de Wolfenbüttel, e “Relation” de Estrasburgo. Após, surgiram na Holanda (1618), França e Inglaterra (1620), e Itália (1636) (KUNCZIK, 1997).

Quadro 1 - Os jornais mais antigos do mundo

NOME DO JORNAL	PAÍS	ANO DE FUNDAÇÃO
<i>Post och Inrikes Tidningar</i>	Suécia	1645
<i>Haarlems Dagblad</i>	Holanda	1656
<i>La Gazzetta di Mantova</i>	Itália	1664
<i>The London Gazette</i>	Inglaterra	1665
<i>Wiener Zeitung</i>	Áustria	1703
<i>Hildesheimer Allgemeiner Zeitung</i>	Alemanha	1705
<i>Worcester Journal</i>	Inglaterra	1709
<i>The Newcastle Journal</i>	Inglaterra	1711
<i>The Stamford Mercury</i>	Inglaterra	1712
<i>Hanauer Anzeiger</i>	Alemanha	1725

Fonte: World Association of Newspapers (WAN),

Apenas no século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, que o jornalismo começou a ser considerado profissão. Na época, um dos jornalistas mais importantes foi Karl Marx¹ (KUNCZIK, 1997). Na medida em que se iniciou a profissionalização do jornalismo, também começou a surgir a necessidade de regulamentar a profissão, dando surgimento ao conceito de Liberdade de Imprensa na época. Com uma lei criada em 1766, a Suécia foi o primeiro país a utilizar a Liberdade de Imprensa. A norma permitia a publicação de qualquer notícia, desde que ela fosse real e não houvesse desonra.

Em 1844, o jornalismo teve outro salto tecnológico com a criação do telégrafo pelo inventor Samuel Morse, reconhecido, também, pela invenção do código Morse. O aparelho permitiu que textos fossem repassados por jornalistas para as redações

¹ Filósofo, sociólogo, historiador, economista, jornalista e revolucionário socialista. Marx foi um grande defensor da liberdade de imprensa.

em poucos instantes. O termo “repórter” foi utilizado pela primeira vez no dia 23 de maio daquele ano, por Morse. Ao testar a linha do telégrafo que acabara de lançar entre Washington e Baltimore, ele enviou a seguinte mensagem: “Peçam a um repórter para enviar um despacho ao *Baltimore Patriot* às duas horas da tarde”. Entretanto, o termo começou a circular oficialmente apenas em 1860.

Nos anos 20, o surgimento do rádio transformou novamente o jornalismo, sendo esta a primeira vez na história em que o conteúdo impresso tem um concorrente no meio. Com o surgimento da televisão, nos anos 40, o rádio acabou ganhando um forte oponente. Devido a popularidade de computadores e internet, a partir dos anos 90 começa a surgir o webjornalismo. Neste período, a profissão teve uma grande atualização de informações em tempo real. Mesmo não ameaçando a existência da televisão, a internet continua crescendo gradualmente nos últimos tempos.

2.2 O INÍCIO E DESENVOLVIMENTO DA IMPRENSA BRASILEIRA

A imprensa no Brasil surgiu antes da separação do país com Portugal, ocorrendo tardiamente em comparação aos outros países. O motivo disso foi a colonização voltada somente para a produção de bens para exportação, o que impediu o desenvolvimento interno; o analfabetismo e a dificuldade dos indígenas no aprendizado do português; a falta de urbanização e iniciativa no processo de colonização do território; a posição do Brasil perante o capitalismo; e, claro, a censura de imprensa que Portugal carregava.

Em 1808, o Brasil sofreu drásticas mudanças. Além de um grande desenvolvimento, foi criada a Imprensa Régia, uma censura prévia do governo da época. Materiais contra religiões, governo e bons costumes eram proibidos. A Gazeta do Rio de Janeiro e o Correio Braziliense foram uns dos primeiros jornais brasileiros. Já no período pré-Independência, os jornais começaram a circular com mais intensidade.

Na primeira metade do século XIX, com o surgimento do telégrafo e dos correios, a imprensa brasileira começou a avançar, principalmente no âmbito político. Neste cenário, eram divididos três campos: os conservadores de direita, os liberais da direita e os liberais da esquerda. Os “pasquins”, publicação panfletária crítica, ganhava força, transmitindo novas ideologias para a sociedade brasileira.

Em meio ao Segundo Reinado, a imprensa alcançou ainda mais força, com presença em campanhas de abolição da escravidão e proclamação da República. No fim do século XIX, com o surgimento das agências de notícias, a imprensa começou a se desenvolver mundialmente. Após o fim da Primeira Guerra Mundial, o monopólio dessas agências - antes recluso pela Inglaterra, Alemanha e França - passou a ser comandado pelos Estados Unidos, e com isso, o modelo de jornalismo americano influenciou fortemente jornais, inclusive brasileiros, sendo voltado para a liberdade de imprensa e a objetividade.

Durante a primeira fase da República, período entre 1889 a 1930, o jornalismo brasileiro passou a se tornar um negócio, além de perder seu lado opinativo e dar início ao jornalismo informativo. Nesta época, surgiu Assis Chateaubriand, uma das personalidades mais importantes da imprensa brasileira, dono d'Os Diários Associados e pioneiro da inserção da televisão no país.

Conforme citado acima, nos anos 30 o rádio começou a tomar forma, e nos 50, a televisão. Na era de Getúlio Vargas houve uma monitorização da imprensa brasileira. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado pelo governo em 1939. O órgão controlava a censura ao jornalismo, manipulando a opinião pública. Para noticiar a Segunda Guerra Mundial, em 1941 foi criado o programa radialístico Repórter Esso.

Durante os anos 60, o jornalista era visto com desprezo no Brasil. Por se tratar de uma figura polêmica, a profissão era ligada a imagem da boêmia, chantagem e, até mesmo, vagabundagem. Antes da existência de um curso de jornalismo, o profissional originava-se em ruas, nos bares, ao saber uma história, pegava-se uma máquina de escrever e assim saía uma notícia (MELLO, 1996).

Logo após veio o Golpe Militar de 64, no qual a imprensa brasileira começou a sofrer ataques, censuras e perseguições. Nesta mesma época, aparecem as primeiras faculdades de jornalismo e a profissão passa a ser reconhecida em 1969. Em 1975, o jornalista Vladimir Herzog² é morto por militares. Em 24 de outubro daquele ano, o diretor de jornalismo da TV Cultura é chamado para prestar depoimento no DOI-CODI³ sobre a suposta ligação dele com o Partido Comunista

² Vladimir Herzog, mais conhecido como Vlado Herzog, foi um jornalista, professor e uma das inúmeras vítimas da ditadura no Brasil.

³ Os órgãos Destacamento de Operações de Informação (DOI) e Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) foram subordinados ao Exército durante o regime militar de 1964.

Brasileiro (PCB). No dia seguinte, a morte de Vlado foi anunciada, porém considerada suicídio. A prática do governo militar de comunicar que as vítimas haviam se suicidado era comum, sendo que a realidade era outra: tortura. Já na década de 90, a internet começou a surgir no Brasil, e, com isso, veículos de comunicação investiram em jornais online, como o Jornal do Brasil.

2.3 A ORIGEM DO JORNALISMO DOS ESTADOS UNIDOS

A imprensa americana demorou para ser desenvolvida oficialmente. No século XVIII, além de impressoras e tintas importadas da Grã-Bretanha, tipógrafos americanos solicitavam notícias de jornais londrinos (SCHUDSON, 2007), obtendo uma grande influência da imprensa europeia. Com o crescimento econômico regional, era necessário ter conhecimento de acontecimentos locais. Com esse desenvolvimento, deu-se a criação do primeiro jornal americano. Desde o começo, o jornalismo americano teve impulso comercial. Antes da Revolução Americana, os jornais eram politizados e partidos os patrocinavam, fazendo com que mostrassem certo partidarismo.

Em 1721 a imprensa americana começou a ganhar força, tornando-se mais independente e interessante para a sociedade. O *New England Courant*, publicado pelo irmão mais velho de Benjamin Franklin⁴, James Franklin, durou somente cinco anos, mas exerceu importância para a história da imprensa americana.

Com a Revolução Industrial, a fabricação de papéis mais baratos rendeu diversas publicações. Em 1833, jornais eram impressos valendo um centavo. No mesmo ano, o *New York Sun*, de Benjamim H. Day, foi lançado, possibilitando um grande avanço para o jornalismo americano. O jornal era impresso em quatro páginas, com um ar sensacionalista, dando atenção para acontecimentos locais e matérias policiais. Em apenas seis meses, o *New York Sun* atingiu a marca de oito mil exemplares, cerca de duas vezes a dos seus concorrentes. Pouco tempo depois inúmeros jornais adquiriram o estilo sensacionalista do *Sun*, atraindo a atenção de anunciantes que resolveram investir nas páginas. Segundo Kunczik (1997, p. 23), “a publicidade tornou-se cada vez mais importante para a imprensa”.

⁴ Jornalista, editor, autor, filantropo, político, abolicionista, cientista, diplomata e inventor estadunidense que foi um dos líderes da Revolução Americana. Mundialmente reconhecido por suas citações e experiências.

Os jornais de um *penny*⁵ conquistaram outros editores, que também seguiram a ideia. Durante a década de 1830, cerca de 35 jornais foram fundados em Nova York. Já em 1851, surge o *New York Daily Times*, que propunha um estilo diferente dos outros jornais publicados. Valendo um centavo, ele dispensava o modelo sensacionalista, como, por exemplo, o do *New York Sun*. No final do século XIX, a imprensa carregava características da imprensa moderna, que era influenciada por princípios Iluministas, além de ser sustentada por anunciantes. *Penny press* implantou o jornalismo imparcial dos Estados Unidos, dividindo fatos de opiniões.

A guerra civil mudou drasticamente a imprensa americana. Para economizar, era preciso resumir as notícias, omitindo opiniões e sendo mais objetivo. O famoso lead começou a ser utilizado neste momento, repórteres que estavam presentes nos campos de batalha temiam que a matéria não fosse concluída a tempo, então escreviam as informações mais importantes já no início (BARBOSA, 2008). Em 1900, durante um aumento na população dos Estados Unidos, é fundado por Joseph Pulitzer o *New York World*, exercendo um novo tipo de jornalismo. Esse novo estilo era barato e de fácil leitura, as opiniões eram independentes e as páginas continham ilustrações e manchetes chamativas.

No século XX, entre os anos 50 e 60, e no auge da Guerra Fria, o jornalismo atingiu a profissionalização. Neste tempo, a crítica estava presente na imprensa e houve consequências, repórteres e editores tomaram o controle de suas fontes, por exemplo. Além disso, com esse novo formato do jornalismo, o jornalista tornou-se um investigador e menos parcial, resultando em casos como o *Watergate*, que será abordado nesta monografia.

2.4 A APURAÇÃO JORNALÍSTICA CONTRA O TEMPO

Esta é uma das etapas mais importantes em uma pauta. A apuração, o tempo e os recursos influenciam fortemente na qualidade da informação e do conteúdo. Essa parte é uma densa pesquisa por contatos e informações, e é dessa forma que as fontes são obtidas. Ainda que complexas, as pesquisas sustentam o jornalismo (LAGE, 2001).

A técnica de apuração teve início em 1900, quando a reportagem investigativa da escritora, professora e jornalista, Ida Tarbell, em *The History of the Standard Oil*

⁵ Moeda americana de um centavo.

Company, foi publicada entre 1902 e 1904 na revista americana *McClure's Magazine*. A reportagem denunciou práticas irregulares das empresas de John Rockefeller, que auxiliava em instalações e influência das companhias em território nacional. A pesquisa começou em documentos oficiais envolvendo alterações em acordos entre empresa e governo. Como um exemplo brasileiro de apuração, podemos citar a obra de Euclides da Cunha, *Os Sertões*. O livro foi escrito pelo autor e jornalista após o mesmo ter sido enviado como correspondente pelo jornal "O Estado de São Paulo" para fazer a cobertura da Guerra de Canudos, que teve início em 1896. Euclides, mesmo sem os recursos necessários, produziu a principal obra jornalística da literatura brasileira.

No livro "Jornalismo Investigativo: o fato por trás da notícia", da jornalista e professora Cleofe Monteiro de Sequeira (2005), o repórter Percival de Souza, referência no jornalismo investigativo policial, é entrevistado e fala brevemente sobre a apuração jornalística. Ele afirma que uma reportagem pode surgir desde um personagem forte até um caso de ilegalidade em áreas como política, economia ou policial, desconhecido pela sociedade (SEQUEIRA, 2005). Além disso, o entrevistado ressalta que, após a reportagem, é preciso distanciar-se um pouco. Sequeira (2005, p. 116) destaca:

O que Percival comprovou em sua longa carreira de repórter é que, durante as reportagens investigativas, o profissional precisa estar desvinculado do dia-a-dia da redação, sem receber pressões de ninguém, para fazer uma boa apuração. No caso de Percival, após a conclusão da apuração, ele necessita de um recolhimento para escrever a matéria.

Após ter consciência do fato, elaborar um plano de trabalho e conseguir autorização da empresa jornalística, o repórter poderá ir em busca de fontes. Em sua maioria, nessa parte de entrevistas, já possuem em mãos documentos para ilustrar as denúncias que se quer fazer, pois as chances de uma fonte negar o envolvimento, ainda mais sem provas, são grandes.

No manual da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para jornalistas investigativos⁶, Hunter (2004, p. 8) afirma que a apuração "dá mais trabalho, a cada passo do processo, ainda que seja possível realizá-la de maneira eficiente e prazerosa", mas que de qualquer forma a pesquisa é

⁶ HUNTER, Mark Lee. **A Investigação a partir de histórias: um manual para jornalistas investigativos**. UNESCO, 2013. E-book. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=WE6_DQAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 9 out. 2019.

recompensadora tanto para o público e para a organização, quanto para o próprio jornalista. Já Sequeira (2005, p. 74)⁷ afirma que:

O simples fato de um texto jornalístico conter cifras, estatísticas, porcentagens econômicas, documentação e declarações não o define como jornalismo investigativo, já que todas essas informações podem ser obtidas de uma fonte oficial, extraída de documentação ou entregue em forma de press-release.

De acordo com Rocha e Noronha (2016, p. 173)⁸, “entende-se que a apuração jornalística investigativa pode em determinado momento utilizar-se de método científico, ao apropriar-se do Jornalismo de precisão”. Ainda sobre o mesmo assunto, Fortes (2005, p. 31) afirma:

Uma boa investigação é demorada e, normalmente, recheada de documentos, dados, estatísticas, legislações e códigos de onde se tira o extrato necessário para a notícia. Muitas vezes, não é de uma fonte ou de um documento que se obtém a informação, mas do cruzamento de vários deles. Os dados estatísticos devem ser lidos com cuidado, pois escondem tratamentos técnicos e avaliações que passam despercebidos pelos leigos.

Como podemos observar, uma boa reportagem – ainda mais sendo investigativa – é feita com uma densa pesquisa, checagem de fatos, comparação de versões, fontes, conteúdos e informações relevantes. No próximo subcapítulo, veremos como a apuração e investigações caminham lado a lado.

2.5 SURGIMENTO DA INVESTIGAÇÃO JORNALÍSTICA

O início do jornalismo investigativo é incerto, já que para muitos o surgimento ocorreu em diferentes épocas. Para Sequeira (2005, p. 11), a área começou após a Segunda Guerra Mundial, a partir de 1955.

Entre 1964 e 1973, em consequência da participação dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã, os jornalistas norte-americanos posicionados contra o governo começaram a analisar criticamente a atuação dos políticos, e muitos trabalhos chegaram ao público do mundo inteiro nas páginas de revistas como Life e Look.

⁷ SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia**. SUMMUS EDITORIAL, 2005. E-book. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=SfCC_dT6mplC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 9 out. 2019.

⁸ ROCHA, Paula Melani. **As especificidades da apuração no processo de produção da reportagem**. Estudos em Comunicação, [s.l.], n. 23, p.171-193, 19 dez. 2016. Universidade da Beira Interior. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.20287/ec.n23.a08>>. Acesso em: 11 out. 2019.

Entretanto, o jornalismo investigativo não foi bem-sucedido com a população estadunidense (SEQUEIRA, 2005). Já no Brasil, com seu início na segunda metade dos anos 70, o jornalismo investigativo começa a desenvolver-se após o fim das censuras dentro das redações jornalísticas. Em 1972, logo quando o caso *Watergate* estourou nos Estados Unidos, o Brasil estava em plena ditadura militar, sendo dirigido pelo general Emílio Garrastazu Médici. Apenas em 1974, após o general Ernesto Geisel assumir o poder, que os jornais brasileiros conseguiram cobrir a política do país. Dois anos depois, em 1976, o jornal “O Estado de São Paulo” publicou uma série de reportagens expondo a “vida boa” de ministros e diversos funcionários de Brasília e outras capitais federais. Realizada por uma equipe de repórteres, coordenada pelo jornalista Ricardo Kotscho, as matérias deram uma nova imagem para o jornalismo investigativo no Brasil, que se assemelha aos Estados Unidos. Entretanto, somente na Era Collor que o jornalismo investigativo conquistou seu espaço nas redações brasileiras. Fortes (2005, p. 10) ressalta:

Os sucessivos escândalos ocorridos entre 1990 e 1992, durante a gestão do presidente Fernando Collor de Mello, resultaram em uma febre investigatória francamente disseminada na imprensa nacional. Pode-se dizer que o impeachment de Collor é o marco zero do jornalismo investigativo no Brasil.

Em 2002, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) foi criada por um grupo de jornalistas brasileiros, trazendo uma maior dimensão para a área. A instituição serve para auxiliar no compartilhamento de práticas e conhecimentos de investigações. Para o jornalista, professor e escritor Leandro Fortes (2005), antes da utilização de ferramentas tecnológicas dentro do jornalismo, como a de busca, qualquer reportagem se tornava uma investigação. Ainda segundo o autor, até o começo dos anos 1990, os repórteres iam até as fontes, registros e outros conteúdos (FORTES, 2005). Logo após a área cresceu e tornou-se um ramo dentro do jornalismo.

O jornalismo investigativo é representado como uma reportagem extensa que exige longo tempo de apuração e pesquisa. Para isso, destacamos o seguinte trecho de Fortes (2005, p. 15):

O termo “jornalismo investigativo é muito mais uma marca do que um conceito. É consenso razoável entre os jornalistas que o ofício de se publicar notícias é, por si só, o resultado de atividade investigativa que demanda, em graus diferentes, um processo de apuração. A investigação, portanto, é parte da engrenagem que vai da pauta até a veiculação da notícia.

As pautas investigativas, além de focadas em escândalos políticos, flagrantes de corrupção e denúncias, também podem estar presentes em qualquer categoria, já que o que importa é o interesse público. Fortes (2005) constata que grande parte das investigações, focadas nas categorias listadas acima, foram cedidas aos jornalistas, como o caso da Vaza Jato, que será abordado nos próximos capítulos. Já Sequeira (2005, p. 74), afirma que “só no momento em que o repórter passa a utilizar técnicas e estratégias que não fazem parte das rotinas dos trabalhos jornalísticos de atualidade a reportagem se transforma em reportagem investigativa”.

Mesmo que o jornalismo investigativo tenha seus riscos e dificuldades, esta é uma área que colabora com a sociedade, visto que diversos casos políticos, irregularidades em empresas e crimes em geral são explorados e solucionados por jornalistas. Sem o jornalismo não saberíamos o que acontece no mundo, e sem o investigativo não saberíamos o que acontece bem em frente aos nossos olhos.

Jornalistas consideram a demora nas apurações e pesquisas como uma das principais dificuldades da área. Entretanto, a apuração, tempo e recursos influenciam fortemente na qualidade de informação e conteúdo. No manual para jornalistas investigativos, Hunter (2013, p. 8) constata que “a cobertura investigativa, em contraste, depende de materiais reunidos ou gerados a partir da própria iniciativa do(a) repórter”. Além disso, para o autor (p. 8), ao contrário do que alguns profissionais costumam dizer, “o jornalismo investigativo não é apenas o bom e velho jornalismo bem realizado”, pois “o quinto elemento da cobertura convencional, o ‘por que’, torna-se o ‘como’ na investigação⁹”.

O contato com as fontes nessa área deve ser cuidadoso e, por vezes, necessita de sigilo. É imprescindível explicar para a possível fonte a importância que o depoimento dela terá perante a sociedade. Para isso, Hunter (2013, p. 41) afirma:

Antes de fazer o contato, pense como você se apresentará. Você deve dizer à fonte quem você é e o que está fazendo, com confiança na sua missão e na sua capacidade de ter sucesso. Você não precisa dizê-lo, mas você precisa, sim, sentir que conseguirá essa história, que conseguirá contá-la, e que o mundo será um lugar melhor quando isso acontecer.

⁹ HUNTER, Mark Lee. **A Investigação a partir de histórias**: um manual para jornalistas investigativos. UNESCO, 2013. p. 8.

Quadro 2 - Pesquisa do jornalismo convencional e investigativo de acordo com manual da UNESCO

JORNALISMO CONVENCIONAL	JORNALISMO INVESTIGATIVO
As informações são reunidas e relatadas a um ritmo fixo (diário, semanal, mensal)	As informações não podem ser publicadas até que a sua coerência e completude estejam garantidas
A pesquisa é completada com rapidez, não se faz uma pesquisa adicional uma vez que a história esteja completa	A pesquisa continua até que a história esteja confirmada, e pode continuar após a sua publicação
A história se baseia em um mínimo necessário de informações, e pode ser bastante curta	A história se baseia no máximo possível de informações, e pode ser bastante longa
As declarações das fontes podem substituir a documentação	A reportagem requer uma documentação capaz de apoiar ou negar as informações das fontes

Fonte: HUNTER, Mark Lee. **A Investigação a partir de histórias**: um manual para jornalistas investigativos. UNESCO, 2013. p. 8.

Conforme podemos observar, mesmo que o jornalismo em geral tenha apuração, pesquisa e fontes, ainda assim a área investigativa se sobressai. Além de exigir um longo desenvolvimento, os dados e informações requerem um cuidado maior na apuração, assim como as fontes, que devem ser filtradas de acordo com a importância dentro do assunto retratado.

3 FONTE: ELEMENTO ESSENCIAL DO JORNALISMO

Neste capítulo será apresentada a importância da fonte dentro do jornalismo, trataremos todos os tipos de fontes dentro do jornalismo e suas características principais, seja ela primária, secundária, oficial ou em off. Além disso, vamos debater dois acontecimentos importantes do jornalismo. O caso *Watergate*, de 1974, nos Estados Unidos, resultou na renúncia do presidente da época, Richard Nixon. Já na Vaza Jato, a população brasileira segue descobrindo conversas vazadas entre procuradores e juízes da Operação Lava Jato sobre casos sérios da política brasileira, como o triplex do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As mensagens estão impactando fortemente a sociedade brasileira e alterando a confiança na Lava Jato, no atual ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e no procurador Deltan Dallagnol.

O capítulo está dividido em três subcapítulos, sendo eles: “A importância das fontes jornalísticas”, “A variedade de fontes no jornalismo” e “O uso da fonte em off nos casos *Watergate* e Vaza Jato”.

3.1 A IMPORTÂNCIA DAS FONTES JORNALÍSTICAS

Sem fontes, não há jornalismo. Em latim, fonte significa “nascente da água”, em referência a “aquilo que origina ou produz” (SCHMITZ, 2001, p. 8). Considera-se fonte qualquer pessoa, instituição ou documento com informações importantes para a sociedade. Estes relatos vão desde conteúdos relevantes sobre um evento, uma notícia do cotidiano, até revelar informações desconhecidas, a ponto de derrubar um governo ou solucionar um crime. Segundo Mello (1996, p. 49), “jornalista sem fontes é um eunuco”. A fonte surge como um complemento para a reportagem jornalística, pois além de repassar informações antes desconhecidas, é uma comprovação do fato. Foi por meio de uma fonte que o mundo teve conhecimento de uma das maiores reportagens do jornalismo, o caso *Watergate*, que vamos abordar ao longo desta monografia.

Segundo Mello (1996), a fonte faz uma ligação entre o jornalista e seus objetivos na profissão. Em 1972, o jornalista e pesquisador Maxwell McCombs¹⁰,

¹⁰ Estadunidense é considerado um dos fundadores da pesquisa sobre a teoria do Agenda Setting.

juntamente de Donald Shaw¹¹, identificou que as fontes, assessorias de imprensa e a política pautam a própria mídia, criando assim a teoria da Agenda *Setting*.

Na maioria das vezes, os jornalistas dão preferência ao conforto da informação em mãos, por meio das mesmas pessoas, e isso transforma-os em editores de notícias produzidas pelas próprias fontes. Conforme o autor Luiz Beltrão (1976, p. 80):

Conhecer as fontes de informação é distinguir os propósitos do sujeito promotor da ocorrência, ou as intenções do intermediário ou do testemunho, de quem (pessoa ou instituição) fornece os dados mediante os quais se mede o peso do acontecimento noticiável. Sem esse prévio conhecimento da política informativa da fonte, sem essa atividade cognitiva fundamental, não poderá o comunicador da informação de atualidade distinguir, na maré das circunstâncias e ângulos que concorrem para torná-los visíveis e desaparecidos, os autênticos valores e aspectos com que irá preencher as lacunas, os vazios da informação, habilitando-o a dar à mensagem aquela transparência e complementação, sem a qual o receptor continuará mal informado ou, pior ainda, passível de trocar seu status de titular do direito de ser informado, pelo de tutelado, sem poder ou capacidade decisória.

Durante palestra no Teatro Unisinos, no Campus Unisinos Porto Alegre, no dia 17 de setembro de 2019, o jornalista e editor do *The Intercept* Brasil, Alexandre de Santi, ressaltou a importância da fonte, que, segundo ele, “não fala por acaso”. A fonte vai falar apenas se tiver confiança no jornalista, pois possui expectativa de que a denúncia vá adiante, cause impacto na sociedade, tenha tratamento justo da informação e proteção.

Sobre a redação do *Intercept*, Santi disse que já adiou diversas matérias pois a fonte não queria falar em *on*: “deem prioridade ao *on*, o *off* tem que ser exceção”. O jornalista Bucci (2000, p. 132) afirma que *off* é “a expressão se refere à informação que poderá ser publicada desde que não se identifique a fonte”. No trecho abaixo, destacamos estes aspectos citados por Mello (1996, p. 50):

O sigilo é a grande arma do jornalista e, sob hipótese alguma, uma fonte deve ser revelada. Isso é considerado um dos crimes hediondos do jornalismo. Se você tem uma fonte que ela te leva a uma matéria séria, autêntica, verdadeira, jamais, nem sob tortura, você poderá abrir o bico. Caso contrário, cairá no mais profundo descrédito. A lei é clara em preservar a fonte. Se você for julgado, por exemplo, por causa de uma denúncia anônima, porém confirmada, a Justiça não pode, de jeito nenhum, obrigá-lo a revelar a fonte.

Entretanto, Santi afirma que os jornalistas dependem das fontes, de alguém que teve acesso a algum documento, testemunhou um acontecimento e possa relatar seu depoimento.

¹¹ Além de criador da pesquisa da teoria Agenda *Setting*, também é cientista social e professor.

3.2 A VARIEDADE DE FONTES NO JORNALISMO

Antigamente, as fontes consultadas eram apenas funcionários públicos, políticos, gerentes e pessoas com envolvimento em algum evento. Isso mudou após a Segunda Guerra Mundial, com a disseminação das assessorias de imprensa, instituições e empresas. Dentro do contexto de fontes há diversos tipos e maneiras de utilização conforme a matéria e a própria fonte. Lage (2001, p. 57) destaca as principais circunstâncias:

O resultado de uma consulta à fonte depende, assim, basicamente, da intenção que essa fonte atribui ao repórter. Se acha que o repórter é uma ameaça (posição frequente entre os ricos e os que têm algo a esconder), será parcimoniosa nas respostas; se vê na conversa uma oportunidade de defender seus direitos (o que é provável entre pessoas pobres), enfatizará reivindicações e reclamações; se teme que o repórter não compreenda algo (o que ocorre, em regra, com cientistas e pesquisadores de ciências exatas), procurará ser minuciosa e redundante na explicação.

Os imprevistos citados acima podem ser evitados caso o repórter converse previamente com a fonte e informe que tenha conhecimento básico do assunto, transmitindo, assim, a confiança necessária. É o que Mello (1996, p. 49) afirma: “conquistar fontes é uma tarefa árdua, que só se consegue com o tempo, adquirindo confiança”.

No manual “A Investigação a partir de Histórias: Um Manual para Jornalistas Investigativos”, Hunter (2013) descreve e aponta divergências nas relações das fontes jornalísticas dentro do jornalismo convencional e investigativo.

Quadro 3 - Divergências entre jornalismo convencional e investigativo

JORNALISMO CONVENCIONAL	JORNALISMO INVESTIGATIVO
A boa fé das fontes é presumida, frequentemente sem verificação	A boa fé das fontes não pode ser presumida; qualquer fonte pode fornecer informações falsas; nenhuma informação pode ser utilizada sem verificação
As fontes oficiais fornecem informações ao(a) repórter livremente, para promoverem a si e às suas metas	As informações oficiais são ocultadas do(a) repórter, porque a sua revelação pode comprometer os interesses de autoridades ou instituições

O(a) repórter deve aceitar a versão oficial da história, ainda que ele ou ela possa contrastá-la com comentários ou afirmações de outras fontes	O(a) repórter pode desafiar ou negar explicitamente a versão oficial de uma história, com base nas informações de fontes independentes
O(a) repórter dispõe de menos informações do que a maioria das suas fontes	O(a) repórter dispõe de mais informações do que qualquer uma das suas fontes, considerada individualmente, e de mais informações do que a maioria delas em conjunto
As fontes são quase sempre identificadas	As fontes frequentemente não podem ser identificadas, em nome de sua segurança

Fonte: HUNTER, Mark Lee. **A Investigação a partir de histórias**: um manual para jornalistas investigativos. UNESCO, 2013. p. 8.

O jornalista Nilson Lage (2001) acrescenta em sua obra “A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística”, os seguintes tipos de fontes:

3.2.1 Primárias e secundárias

São as fontes mais próximas do assunto e que fornecem informações em primeira mão. Um exemplo de fornecimento de dados é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo Lage (2001, 65-66):

Fontes primárias são aquelas em que o jornalista se baseia para colher o essencial de uma matéria; fornecem fatos, versões e números. Fontes secundárias são consultadas para a preparação de uma pauta ou a construção das premissas genéricas ou contextos ambientais.

As fontes secundárias costumam dar o contexto do assunto, completando a fala da fonte primária na matéria do repórter. Para Lage (2001, p. 66) “as fontes secundárias são consultadas para a preparação de uma pauta ou a construção das premissas genéricas ou contextos ambientais”.

3.2.2 Oficiais, oficiosas e independentes

Uma pessoa que trabalha em um cargo público, sendo um porta-voz de órgãos do Estado. Schmitz (2001, p. 25) constata que “é a preferida da mídia pois emite informação ao cidadão e trata essencialmente do interesse público, embora possa

falsear a realidade, para preservar seus interesses ou do grupo político”. Assim também é para Lage (2001, p. 63): “as fontes oficiais falseiam a realidade para ‘beneficiar grupos dominantes, por corporativismo, militância, em função de lutas internas pelo poder’”. Além disso, o autor ressalta que essas fontes não inventam tanto caso os funcionários sejam mais constantes, e que isso acontece também em sistemas totalitários, pois são mais verdadeiros do que democráticos (LAGE, 2001).

As oficiosas não possuem permissão para falar sobre determinados assuntos. São relevantes pois, normalmente, se contrapõem a informações oficiais. Ligadas a uma entidade ou indivíduo, significa que o que disserem poderá ser desmentido (LAGE, p. 63). Já as independentes não possuem tanta influência no tema, já que são desvinculadas de relações de poder ou interesse específico.

3.2.3 Sigilosa (off the record)

Sem as fontes anônimas o público só teria informações de fontes oficiais, sem outra versão dos fatos. Para Bucci (2009) a fonte em off é um voto de cumplicidade com a preservação da identidade. Já Sousa (2001, p. 67-68)¹² ressalta outras características:

On the record (atribuição directa, para publicação) – A fonte é identificada e tudo o que ela profere pode ser objeto de enunciação jornalística. É a regra comum e aquela que deve ser usada quando a fonte não pede confidencialidade. On Background/not for attribution (atribuição com reserva) – A fonte não é totalmente identificada, embora sejam dadas algumas pistas superficiais sobre os meios em que ela se movimenta. [...] On deep background (atribuição com reserva total) – Não só a fonte não é identificada como também não pode ser referido o meio em que ela se movimenta, embora as informações fornecidas pela fonte possam ser difundidas. [...] Off the record (confidência total) - A fonte não pode ser identificada e a informação que ela fornece não pode ser divulgada. Contudo, esta informação auxilia, frequentemente, o trabalho do jornalista.

Destacamos o seguinte trecho em que Bucci (2009, p. 55) faz uma comparação entre a fonte em off e o vazamentismo:

Esse off the records existe para que repórteres e fontes se conheçam e se compreendam melhor. É um tipo de contato necessário à profissão. Já o vazamentismo, esse tipo de “offmismo” desenfreado, obsessivo, é outra coisa. É um desvio. Uma informação “em off”, esse off empobrecido, uma informação cuja origem se esconde, nas boas redações, pode dar origem a uma investigação responsável, mas não vai parar diretamente, sem maiores

¹² SOUSA, J. P. (2001). **Elementos do jornalismo impresso**. BOCC – Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2019.

comprovações, no espaço público. Não obstante, assim é que o vazamentismo, de documentos ou declarações, tornou-se uma instituição nacional, e com ela convivemos.

Deve-se ressaltar que a Constituição Federal de 1988 certifica a jornalistas o sigilo da fonte, conforme o inciso XIV do artigo 5º da Carta Magna: "é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional".

3.2.4 Testemunhas e experts

Como Lage (2001) aborda em sua obra, é possível testemunhar um grande acontecimento sem ter, necessariamente, presenciado o fato. Relatos de testemunhas também são considerados como fontes. De acordo com o autor (2001, p. 67), "o testemunho mais confiável é o mais imediato" e, que, para manter acontecimentos na memória, "a mente os reescreve como narrativa ou exposição, ganhando em consistência o que perde em exatidão factual".

Já os experts são como as fontes secundárias, citadas acima, portanto Lage (2001) resalta que é importante compreender bem o assunto antes de encerrar a entrevista com a fonte. Segundo o autor (2001) algumas fontes experts são treinadas para contextualizar determinado assunto, no entanto, é indispensável ouvir mais de uma fonte.

3.3 ÉTICA E LIBERDADE NO JORNALISMO

Cada profissão possui o seu próprio código de ética, aquele que difere o que é certo e o que é errado. Dentro do jornalismo isso não poderia ser diferente. Jornalistas lidam com informações e fontes importantes, um pequeno erro já basta para comprometer a ética da profissão. O jornalismo serve para trazer conhecimento de fatos que antes seriam omitidos. Bucci (2000, p. 10) considera a profissão como "uma vitória da ética, que buscava o bem comum para todos, que almejava a emancipação que pretendia construir a cidadania, que acreditava na verdade e nas leis justas". Além disso, Bucci (2000, pág. 12) afirma que a ética da profissão não é algo que deve seguido somente por repórteres e editores, "encarna valores que só fazem sentido se forem seguidos tanto por empregados da mídia como por empregadores – e se tiverem como seus vigilantes os cidadãos do público".

Segundo Bucci (2000, pág. 11), “os meios de comunicação se edificam mais como o novo palácio da aristocracia - por isso, mais do que antes, devem ser regidos por uma ética que preserve, acima de tudo, os direitos do cidadão”. No Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros¹³, aprovado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) em 2007, são ressaltados os seguintes itens sobre a conduta do jornalista dentro área jornalística:

Art. 6º – O exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social e de finalidade pública, subordinado ao presente Código de Ética.

Art. 7º – O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação.

Art. 8º – Sempre que considerar correto e necessário, o jornalista resguardará a origem e a identidade de suas fontes de informação.

O art. 9º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007), considera como dever do jornalista os seguintes pontos:

- divulgar todos os fatos que sejam de interesse público;
- lutar pela liberdade de pensamento e expressão;
- defender o livre exercício da profissão;
- valorizar, honrar e dignificar a profissão;
- opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos do Homem;
- combater e denunciar todas as formas de corrupção, em especial quando exercida com o objetivo de controlar a informação;
- respeitar o direito à privacidade do cidadão;
- prestigiar as entidades representativas e democráticas da categoria.

Fontes e jornalistas não devem manter uma relação afetiva, assim como Noblat (2006, p. 126) afirma: “jornalista deve ser uma pessoa de poucos amigos”. Em seu artigo “Pequeno guia de relacionamento com a imprensa para fontes da área pública”, Duarte (2016) relata as vantagens que uma fonte pode ter sobre o jornalista: “se estiver bem preparada, conhecer as regras e as táticas adotadas pela imprensa, poderá aproveitar melhor e até criar oportunidades de exposição na mídia”. Duarte (2016) também pressupõe que normalmente as fontes consideram o jornalista como alguém parcial, excessivo nas críticas e, principalmente, sensacionalista, além de achar que os profissionais manipulam falas, não apuram a veracidade dos fatos e muito menos assumem seus erros. No entanto, não existe fonte certamente confiável. O jornalista não deve depositar expectativas em cima de um relato.

¹³ JORNALISTAS, Federação Nacional dos. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. 2007. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em: 30 out. 2019.

Como uma relação de confiança breve é estabelecida entre o jornalista e sua fonte, a fonte tem total direito de permanecer em anônimo ao solicitar que a identidade não seja divulgada. Em alguns países, como os Estados Unidos, existem casos em que o jornalista é obrigado a revelar a identidade da fonte. No Brasil, não existe uma lei que estabeleça a quebra do sigilo da fonte.

Para isso cabe ao profissional cumprir o pedido, caso contrário ele pode perder o comprometimento com a ética jornalística. Conforme a Lei nº 5.250/67¹⁴, art. 71, decreta “nenhum Jornalista poderá ser compelido a indicar o nome de seu informante ou a fonte de suas informações”, além disso, os profissionais de comunicação não “poderão ser compelidos ou coagidos a indicar o nome de seu informante ou a fonte de suas informações, não podendo seu silêncio, a respeito, sofrer qualquer sanção, direta ou indireta, nem qualquer espécie de penalidade”.

É preciso ter cautela ao utilizar informações de uma fonte em off, pois ela pode gerar boatos, ainda mais em tempos das temidas *fake news*. Por este motivo, a possível fonte em off precisa passar ainda mais segurança para o jornalista, estabelecendo uma relação de extrema confiança, além do comum, que abordamos recentemente acima.

Em sua coluna, intitulada “Quando juízes desrespeitam a imprensa” e publicada pelo site da Revista Época¹⁵, Bucci (2017) afirma que “a imprensa serve à democracia somente porque investiga e derruba as máscaras do poder”. Conforme consta no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007) decreta, em seu art. 1º, “o acesso à informação pública é um direito inerente à condição de vida em sociedade, que não pode ser impedido por nenhum tipo de interesse”. No art. 2º ainda é ressaltado que “a divulgação da informação, precisa e correta, é dever dos meios de divulgação pública, independente da natureza de sua propriedade”.

No entanto, para Bucci (2000, p. 51) “a verdade dos fatos é sempre uma versão dos fatos”, sendo assim, há riscos de a versão da fonte ser verdadeira ou não. Tudo depende dela. O jornalista apenas recebe e compartilha a informação. Portanto, o art. 3º enfatiza que “a informação divulgada pelos meios de comunicação pública se

¹⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5250.htm>. Acesso em: 09 nov. 2019.

¹⁵ BUCCI, Eugênio. **Quando juízes desrespeitam a imprensa**. 2017. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/politica/eugenio-bucci/noticia/2017/03/quando-juizes-desrespeitam-imprensa.html>>. Acesso em: 01 nov. 2019

pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social e coletivo”. O Código ainda destaca ainda os seguintes itens:

Art. 4º – A apresentação de informações pelas instituições públicas, privadas e particulares, cujas atividades produzam efeito na vida em sociedade, é uma obrigação social.

Art. 5º – A obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação e a aplicação de censura ou autocensura são um delito contra a sociedade.

Ainda de acordo com Bucci (2000), a origem da liberdade de imprensa vem de uma luta de séculos atrás, consagrada pela liberdade literária que foi imposta pela Igreja. Os primeiros jornais periódicos, do século XVI, conforme abordado no primeiro capítulo desta monografia, resultaram na luta pelos direitos de liberdade dentro da imprensa. Esse fato passa por momentos importantes, como a Independência dos Estados Unidos, em 1776, e a Revolução Francesa, que em 1789 anunciou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão também, possibilitando a liberdade de expor ideias e opiniões (BUCCI, 2000).

A Constituição brasileira de 1998, no art. 220, aborda a liberdade de imprensa: “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veiculação não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição”. Para Bucci (2000, p. 12) a liberdade de imprensa

[...] é um princípio inegociável, ele existe para beneficiar a sociedade democrática em sua dimensão civil e pública, não como prerrogativa de negócios sem limites, na área da mídia e das telecomunicações, em dimensões nacionais e transnacionais.

Conforme noticiado pela “Agência Brasil”¹⁶, em um levantamento divulgado em abril deste ano realizado pela organização internacional Repórteres sem Fronteiras (RSF), o Brasil caiu para a 105ª posição no Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa. De acordo com o relatório do ranking, o mundo está passando por uma “mecânica do medo”, retratando que o ódio aos jornalistas se transformou em violência, gerando temor na imprensa. O diretor da RSF, Emmanuel Colombié, afirmou que o Brasil está na pior posição desde que o ranking começou a ser publicado, em 2002. Ele falou do assassinato de quatro jornalistas ocorrido em 2018,

¹⁶ NITAHARA, Akemi. **Brasil cai três posições em ranking de liberdade de imprensa**. 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-04/brasil-cai-tres-posicoes-em-ranking-de-liberdade-de-imprensa>. Acesso em: 11 nov. 2019.

durante o exercício da profissão. Conforme informado no site da “Revista Exame”¹⁷, as vítimas são o jornalista Ueliton Bayer Brizon, do Jornal de Rondônia, morto no mês de janeiro, Jefferson Pureza Lopes, da rádio Beira Rio FM de Goiás, assassinado no mesmo mês, Jairo Sousa, da Rádio Pérola, do Pará, morto em junho, e Marlon Carvalho, das rádios Gazeta/Jacuípe da Bahia, assassinado em agosto.

O ranking divide os países em cinco cores. De acordo com o mapa, o Brasil é classificado em situação “problemática”, representado pela cor laranja. Em 2018, quando a pesquisa foi divulgada, o diretor da RSF opinou dizendo que há chances de o país mudar para “situação difícil” em 2019, mesma categoria dos Estados Unidos, atualmente governado pelo presidente Donald Trump. Sobre a Constituição de liberdade de imprensa utilizada nos Estados Unidos, Bucci (2000) ressalta:

[...] a Constituição, firmada na Convenção Federal de 1787, receberia sua primeira emenda em 1791, assegurando liberdade ao jornalismo: “O Congresso não legislará no sentido de estabelecer uma religião; ou proibindo o livre exercício dos cultos; ou cerceando a liberdade de palavra, ou de imprensa, ou o direito do povo de se reunir pacificamente, e de dirigir ao governo petições para a reparação de seus agravos.”

A partir dos elementos destacados neste subcapítulo, são analisados os casos *Watergate* e *Vaza Jato*. Os dois acontecimentos mostram como a fonte é importante para noticiar fatos, seja uma matéria cotidiana ou uma grande reportagem investigativa envolvendo escândalos políticos. Por esta razão, os itens abordados são fundamentais para compreender melhor as coberturas e fontes utilizadas.

¹⁷ ESTADO, Agência. **Brasil é o 8º país com maior número de mortes de jornalistas em 2018.** 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-e-o-8o-pais-com-maior-numero-de-mortes-de-jornalistas-em-2018/>. Acesso em: 11 nov. 2019.

4 ANÁLISE DE TRECHOS DOS CASOS *WATERGATE* E VAZA JATO

Neste capítulo vamos analisar trechos dos casos *Watergate* e Vaza Jato, realizando uma comparação sobre a procedência dos fatos, o posicionamento do veículo de comunicação e a postura dos alvos de cada acontecimento. Para isso, o capítulo é dividido em três partes: “Procedimentos metodológicos”, “*Watergate*: um dos maiores escândalos políticos retratado pelo jornal *The Washington Post*” e “As conversas vazadas entre procuradores e juízes da Lava Jato pelo portal independente *The Intercept Brasil*”.

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método escolhido para analisar os trechos dos casos *Watergate*, do jornal *The Washington Post*, e Vaza Jato, do portal de jornalismo independente *The Intercept Brasil*, é a análise de cobertura jornalística. Segundo as autoras Silva e Maia (2011, p. 19), “estudar o acontecimento jornalístico exige problematizar técnicas e métodos de investigação empregados nos estudos sobre a mídia noticiosa”.

A escolha de metodologias é dificultada dentro de pesquisas jornalísticas, já que, por sua vez, alguns métodos não conseguem garantir a obtenção de resultados precisas dentro do âmbito. Para Silva e Maia (2011, p. 20) “desenvolver estratégias metodológicas próprias do campo passa a ser crucial para consolidar as pesquisas em jornalismo”. Além disso, Silva (2008) afirma que métodos como, por exemplo, Análise do Discurso ou de Conteúdo, às vezes não são tão apropriados para investigações em pesquisas jornalísticas, pois determinados assuntos possuem intenções diferentes na obtenção de resultados.

Segundo Silva e Maia (2011), devido à falta de diferentes tipos de métodos, pesquisadores costumam apostar em metodologias tradicionalmente já utilizadas. Com essa repetição no uso de procedimentos metodológicos, os resultados da devida pesquisa, acabam por restringidos. Para Silva e Maia (2011, p. 21) a análise de cobertura jornalística é um método “complementar aos estudos de newsmaking realizados nas redações e às análises de conteúdo e de discurso dos textos”.

Entre os objetivos desta monografia, estão analisar trechos dos casos *Watergate* e Vaza Jato, verificando o posicionamento dos jornalistas que descreveram os fatos e, além disso, analisar o posicionamento dos alvos de cada caso, sendo eles

o ex-presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, do famoso *Watergate*, o procurador Deltan Dallagnol e o atual ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, ambos da polêmica Vaza Jato.

4.2 O USO DA FONTE EM OFF NO CASO *WATERGATE*

Durante uma campanha presidencial, revelações que afetavam diretamente ministros e políticos do governo americano foram realizadas por uma investigação jornalística. O caso começou com uma invasão na sede do Partido Democrata no edifício *Watergate*, em Washington, realizada por um grupo de homens com equipamentos de escuta, câmeras e luvas cirúrgicas. O grupo era formado por ex-membros da CIA (Agência Central de Informações, na tradução) e comandado por Gordon Liddy, ex-agente da CIA, e pelo diretor e segurança do comitê para reeleição do presidente Richard Nixon¹⁸, James McCord.

Nixon era militar e resolveu optar pela política. Em 1960, ele concorreu pela primeira vez ao cargo de presidente dos Estados Unidos, pelo Partido Republicano. No entanto, perdeu para o candidato do Partido Democrata, John Kennedy. Insistente, em 1968 ele se candidatou novamente, desta vez contra Hubert Humphrey, e venceu, tornando-se o 37º presidente dos Estados Unidos. Em sua carreira política, diversos episódios marcaram o governo. Nixon combateu os índices de inflação, elaborou medidas contra crime organizado e realizou projetos benéficos para o meio ambiente, além disso, em 1969, o governo também ficou marcado pela chegada do homem à lua. Entretanto, com o caso *Watergate*, a sua imagem ficou manchada com a sociedade americana.

Em 1972, os jornalistas do *Washington Post*, Carl Bernstein e Bob Woodward, notaram uma relação entre o caso *Watergate* e a Casa Branca e iniciaram uma investigação sobre um esquema de espionagem e sabotagem. Em uma folha de pagamento do comitê, Woodward e Bernstein encontraram o nome de um dos homens presos pela invasão, que, no caso, trabalhava na campanha de eleição de Nixon. Além disso, descobriram que outro homem do grupo invasor tinha recebido um depósito de US\$25 mil. Com uma série de reportagens no jornal, os jornalistas constataram que o ex-presidente utilizou o dinheiro não declarado para espionar adversários e tirar

¹⁸ Em 1968 Nixon foi eleito presidente, em 1972 tentava a reeleição.

vantagens na campanha. A imprensa, no entanto, passou a ser acusada de estar apoiando o partido adversário, o Democratas.

Bernstein e Woodward foram batendo de porta em porta para buscar os possíveis suspeitos ligados ao caso *Watergate*, mas ninguém queria falar sobre o assunto. Os jornalistas começaram no nível mais baixo da carreira jornalística e foram envolvidos no caso mais importante do jornalismo americano, com o objetivo de desvendar a verdade. Ambos não simpatizavam um com o outro, mas tinham que trabalhar juntos. E assim o caso os uniu.

Woodward era um jornalista iniciante, muitas vezes não sabia lidar com certas situações da redação. Já Bernstein tinha experiência em jornais. Ao longo do caso, podemos observar que Woodward costumava confirmar duas vezes as informações com suas fontes. No entanto, Bernstein chegava até a pular algumas etapas de apuração. O equilíbrio e a diferença entre os dois é enorme. Essas diferenças entre eles produziram a química que permitiu que a história de *Watergate* fosse possível, já que ambos estavam com ‘sangue nos olhos’ pelo caso.

O caso *Watergate* ficou ainda mais famoso quando veio à tona uma das fontes mais significativas para o jornalismo, o *Deep Throat* (na tradução, Garganta Profunda). O codinome foi inspirado em um filme pornográfico famoso na época, estrelado por Linda Lovelace.

Garganta Profunda costumava se encontrar com Woodward em um estacionamento subterrâneo. A fonte secreta apenas confirmava as informações que os repórteres obtinham de outras fontes.

Segundo a dupla de jornalistas, a identidade da fonte não seria revelada até que ela morresse. No entanto, em 2005, o próprio Garganta Profunda se revelou. Na época do escândalo, William Mark Felt exercia o segundo cargo mais importante do FBI (*Federal Bureau of Investigation*). Aos 91 anos, por meio de seu advogado, Felt admitiu que era o Garganta Profunda em um artigo da revista *Vanity Fair*.

Além do famoso Garganta Profunda, Judy Hoback, a bibliotecária do Comitê de Reeleição, foi mais uma fonte crucial no caso. No começo, ela se negou a passar informações para Bernstein, mas aos poucos foi confirmando os nomes dos envolvidos no acontecimento. Bernstein questionava se alguém com a inicial “M”, “L” e “P” estava envolvido e, para confirmar sem falar nada, Hoback apenas balançava com a cabeça. Foi assim que os nomes de Herbert L. Porter, G. Gordon Liddy e Jeb Stuart Magruder foram desvendados.

Porter era assessor da campanha de Nixon e no dia 28 de janeiro de 1974, declarou-se culpado de mentir ao FBI nos estágios iniciais da investigação do caso *Watergate*. Liddy atuava como agente da unidade de encanadores da Casa Branca durante a gestão de Nixon. Já Magruder era um empresário e agente político no Partido Republicano e cumpriu prisão por seu envolvimento no escândalo. Em 2003, conforme noticiado pelo site do jornal “Folha de S. Paulo”, na matéria “Nixon ordenou a invasão ao escritório dos democratas, diz ex-assessor”, ele afirmou que escutou Nixon dizer a John Mitchell, na época secretário da Justiça, que desse continuidade na invasão ao edifício *Watergate*. Em uma ligação para Mitchell no dia 30 de março de 1972, Nixon teria dito “John, você precisa fazer isso”.¹⁹

A dupla ainda precisava de confirmações sobre o envolvimento de H. R. Haldeman, presidente-chefe da Casa Branca e o segundo homem mais poderoso de Washington. Bernstein conseguiu uma fonte para falar sobre o assunto, e, para confirmar, disse que contaria até dez no telefone, caso chegasse a dez e a fonte ainda estivesse na linha, significaria que Haldeman estava envolvido. A tática foi utilizada para que a fonte não sofresse acusações judiciais, devido as grandes chances de o telefone ser grampeado. Foi então que a informante continuou na linha durante dez segundos, em silêncio. Os jornalistas falaram para Ben Bradlee, editor-chefe do jornal, sobre a confirmação, e assim a reta final da história foi publicada.

As pessoas não imaginam o trabalho que há por trás de matérias tão poderosas como o caso *Watergate*. Existe um fascínio pelo jornalismo, mas não é qualquer um que bota a ‘mão na massa’ dessa forma. Deve-se ter muito jogo de cintura, insistência e, principalmente, paciência.

“Diga-me o que sabe e eu confirmo”, disse Garganta Profunda para Woodward, antes de repassar quaisquer informações sobre o envolvimento do então presidente Richard Nixon. Por razões assim que, antes de tudo, é preciso conhecer os motivos da fonte para então saber a credibilidade dela. As pessoas não vão simplesmente atrás de jornalistas porque simpatizam com o trabalho deles. Neste caso, a razão do Garganta Profunda confirmar as informações seria motivada por um interesse próprio dele e patriotismo.

¹⁹ PAULO, Folha de São. **Nixon ordenou a invasão ao escritório dos democratas, diz ex-assessor**. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2807200314.htm>. Acesso em: 07 nov. 2019.

O Garganta Profunda, depois conhecido como Felt, arriscou sua carreira e até mesmo a possibilidade de ser preso, para confirmar informações e ajudar Woodward nas investigações. “Conheci Felt quando eu ainda servia na Marinha. Aos poucos, ele se tornou meu conselheiro de carreira profissional”, diz Woodward, conforme Freitas Junior (2005) citou na matéria “O Algoz de Nixon”, do site da Revista IstoÉ.²⁰

Para confirmar as informações, Felt propôs um esquema de comunicação com Woodward. O jornalista colocava uma bandeira vermelha no terraço do apartamento quando gostaria de encontrar Felt para trocar informações. Normalmente, as conversas aconteciam sempre às duas horas da manhã, em uma garagem subterrânea em Key Bridge, subúrbio de Washington. E foi assim que grande parte das informações do caso *Watergate* foram pouco a pouco sendo confirmadas.

É difícil imaginar o que teria acontecido com o jornalismo atual, principalmente o americano, caso a investigação não tivesse ido pra frente. Vivemos em um tempo totalmente diferente de *Watergate*, em que rumores frequentemente tomam o lugar de informações apuradas com muito trabalho. Para isso, podemos citar o mal que aflige jornalistas e a sociedade em si: as *fake news*.

4.3 WATERGATE: UM DOS MAIORES ESCÂNDALOS POLÍTICOS RETRATADO PELO JORNAL *THE WASHINGTON POST*

Figuras ligadas ao presidente, como assessores, secretários, ex-agentes, entre outros, foram sendo descobertos e chamados para depor. No total, cerca de 70 pessoas foram condenadas, menos o presidente Richard Nixon.

Em depoimento, o ex-secretário presidencial Alexander Butterfield revelou que Nixon gravava todas as conversas e chamadas telefônicas no gabinete desde 1971. Alguns dias depois, Nixon ordenou que o sistema de gravações da Casa Branca fosse desativado. No entanto, no dia 24 de julho de 1974, a Suprema Corte americana determinou por unanimidade que o até então presidente entregasse 64 fitas de conversas gravadas. No dia 27 de julho daquele ano, após a entrega das fitas, a Comissão da Câmara aprovou o primeiro dos três artigos que desencadearam o impeachment do parlamentar, acusando-o por obstrução da Justiça.

²⁰ FREITAS JUNIOR, Osmar. **O Algoz de Nixon**. 2005. Disponível em: https://istoe.com.br/6657_O+ALGOZ+DE+NIXON/. Acesso em: 04 nov. 2019.

O escândalo era repleto de provas como grampos telefônicos, furtos e lavagem de dinheiro, até que Nixon não conseguiu mais dar conta de ocultar a verdade. Foi então que, no dia 8 de agosto de 1974, ele renunciou ao cargo. Em pronunciamento na televisão, Nixon afirmou que esperava “ter apressado o início do processo de cura de que os Estados Unidos necessitam tão desesperadamente”.

Ainda em 1974, o livro “Todos os homens do presidente”, que conta a história do caso *Watergate* na visão dos jornalistas Carl Bernstein e Bob Woodward, foi lançado. Dois anos depois, em 1976, o caso foi roteirizado por William Goldman e filmado por Alan J. Pakula, tornando-se, também, um sucesso cinematográfico¹⁰.

Figura 1 - Jornalistas Carl Bernstein e Bob Woodward retratados no filme Todos os homens do presidente, de 1976



Fonte: Divulgação

Em um trecho da matéria, Bernstein e Woodward (1974, p. 118-119), do jornal *The Washington Post*, criticam Richard Nixon: “objetivo era desacreditar, de modo pessoal, os candidatos democratas à presidência, bem como arruinar suas campanhas eleitorais”.

Ao contrário da passagem a seguir, na qual os jornalistas utilizaram um teor mais informativo do que crítico, destacamos os seguintes parágrafos de Bernstein e Woodward (1974, p. 118):

Agentes do FBI chegaram à conclusão de que o incidente do edifício Watergate faz parte de uma maciça operação de sabotagem e espionagem, executada em favor da reeleição do Presidente Nixon e controlada por funcionários da Casa Branca e do comitê para a Reeleição do Presidente. Tais atividades, segundo dados existentes nos arquivos do FBI e do Departamento de Justiça, tinham por alvo os principais adversários de Nixon,

e representavam, desde 1971, a estratégia de base da campanha de reeleição de Nixon.

Em alguns trechos, como acima, podemos observar que os repórteres enfatizaram divulgar as informações e informar a sociedade, sem transparecer um posicionamento explícito. No caso do *The Intercept*, que será abordado no próximo subcapítulo, é possível notar que as matérias são mais críticas aos alvos do caso e, principalmente, ao atual governo brasileiro, comandado pelo presidente Jair Bolsonaro. Silva e Maia (2011) afirmam que o método da análise de cobertura jornalística é apropriado para “comparar tais marcas e estratégias em diferentes veículos, seja sobre um caso particular no momento presente ou temáticas que se repetem”.

Neste próximo trecho (BERNSTEIN; WOODWARD, 1974, p. 119), os repórteres divulgaram diversos detalhes das investigações, muito além das escutas, lavagem de dinheiro, entre outros.

Vigiar membros das famílias dos candidatos democratas; compilar dossiês de suas vidas particulares; forjar cartas e divulgá-las em papel timbrado dos candidatos; passar à imprensa notícias falsas e fabricadas; atrapalhar a programação política dos candidatos; apoderar-se de arquivos confidenciais e investigar a vida de dezenas de colaboradores da campanha dos democratas.

Além disso, disseram os investigadores que as atividades incluíam ainda a infiltração de provocadores nas fileiras das organizações encarregadas de manifestações públicas nas convenções dos dois partidos, e a investigação sobre a vida de doadores em potencial antes de aceitar suas contribuições para a campanha de Nixon.

Em uma matéria de Gurovitz (2016), na revista “Época”²¹, o editor executivo do *The Washington Post*, Ben Bradlee, define a profissão jornalística da seguinte forma:

Conquanto um jornalista conte a verdade, de modo justo e consciente, não é seu trabalho preocupar-se com as consequências. A verdade nunca é tão perigosa quanto uma mentira no longo prazo. Acredito firmemente que a verdade liberta os seres humanos.

No trecho abaixo, Dwight Chapin, o vice-assistente de Nixon, retrata-se sobre o caso, afirmando não ter envolvimento com os acontecimentos. A palavra “boato” deixou os editores do *Washington Post* irritados, devido à gravidade que a repercussão daria, podendo, assim, atrapalhar a relevância dos fatos que estavam sendo divulgados. Bernstein e Woodward (1974, p. 129) destacam:

²¹ GUROVITZ, Helio. **O Watergate e a essência do jornalismo profissional**. 2016. Disponível em: <https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/helio-gurovitz/noticia/2016/04/o-watergate-e-essencia-do-jornalismo-profissional.html>. Acesso em: 03 abr. 2016.

Do modo como foi escrita pelo repórter do Washington Post, a reportagem se baseia inteiramente em boatos e é fundamentalmente inexata. Por exemplo, não conheço, jamais conheci, vi ou falei com E. Howard Hunt. Conheço Donald Segretti desde os nossos tempos de universidade, mas não nos encontramos na Flórida, como insinua na reportagem, e certamente jamais discuti com ele qualquer fase da investigação levada a efeito pelo grande júri do caso Watergate. Não tenciono emitir quaisquer outros comentários.

No entanto, a dupla Woodstein errou em algumas partes da apuração. Como um breve exemplo, podemos citar a situação em que os jornalistas asseguraram que o tesoureiro do Comitê de Reeleição Republicano, Hugh Sloan, tinha denunciado à Justiça o chefe de gabinete da Casa Branca, H. R. Haldeman. Porém, no dia seguinte, Sloan e seu advogado negaram publicamente a informação. O erro acabou abalando a confiança dos leitores. Por não checarem os dados com precisão e atenção, os repórteres deixaram passar uma informação equivocada. Sobre acontecimentos deste tipo, Fortes (2005, p. 40) ressalta que é preciso checar sempre as informações: “uma única dúvida durante a apuração pode resultar em tragédias de todo o tipo, seja um sobrenome errado, uma foto de personagem errado”.

Figura 2 - Carl Bernstein e Bob Woodward do jornal *The Washington Post*



Fonte: Associated Press

O áudio que levou Nixon à renúncia mostrava o até então presidente concordando com um plano para impedir que o FBI continuasse as investigações da invasão na sede do Partido Democrata, concorrente de Nixon. Com a desculpa de que

o plano tinha como objetivo segurança nacional, H.R. Haldeman, aconselha Nixon de que o vice-diretor da CIA (Agência Central de Inteligência) ligue para o diretor do FBI e fale: "Fique fora disso, não queremos que você prossiga [com a investigação]". Nixon aprova a ideia dizendo "isso, ótimo" e, além disso, acrescenta sugestões para o plano: "diga que eles devem ligar para o FBI e falar que, pelo país, não queremos que prossigam com o caso, e ponto final".

O caso *Watergate* teve fim em 1974 e resultou na condenação dos seguintes envolvidos: o consultor da Casa Branca E. Howard Hunt, culpado de conspiração e assalto; o vice-diretor de campanha Jeb Stuart Magruder, condenado por planejar *Watergate*; o advogado Donald H. Segretti foi preso por seis meses; o vice-diretor financeiro e advogado particular de Nixon, Herbert W. Kalmbach, foi condenado por levantar fundos ilegais; o vice-assistente do presidente, Dwight L. Chapin, foi condenado por mentir perante o júri; o diretor de programação, Herbert L. Porter, cumpriu 30 dias de prisão por mentir ao FBI; o procurador geral dos EUA, Richard Kleindienst, também foi condenado; o conselheiro extraordinário de Nixon, Charles W. Colson, admitiu obstrução à Justiça e foi condenado; Maurice H. Stans, diretor financeiro, foi considerado culpado por acusações envolvendo fundos ilegais; já em 1975, o diretor da campanha e ex-Procurador Geral, John N. Mitchell, o assistente do presidente, H. R. Haldeman, e o assistente de Nixon para assuntos internos, John D. Ehrlichman, foram culpados por todas acusações em *Watergate*.

Em 6 de agosto de 1974, Nixon aprovou o acobertamento e afirmou que iria renunciar. Em seu depoimento, conforme Bernstein e Woodward (1976, p. 283), Nixon declarou: "quero que saibam que não pretendo, de maneira alguma, afastar-me da tarefa para a qual o povo americano me elegeu, a fim de que eu a levasse a cabo para o povo dos Estados Unidos".

Três dias depois, em 9 de agosto, Nixon renuncia ao cargo e ao meio-dia Gerald Ford torna-se o 38º presidente dos Estados Unidos.

4.4 O USO DA FONTE EM OFF NO CASO VAZA JATO

Ao todo, 47 anos passaram-se entre os casos. Mesmo que a tecnologia tenha aberto novos horizontes e gerado grandes desafios para o jornalismo, pouco mudou desde o caso *Watergate*. Escândalos políticos e revolta contra a imprensa ainda continuam em alta, um exemplo é o caso brasileiro Vaza Jato.

Em 7 de abril de 2018, a Operação Lava Jato levou o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva à prisão. Depois de 580 dias detido, Lula foi solto no dia 8 de novembro de 2019 devido a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de derrubar prisão após condenação em segunda instância. A condenação, sentenciada por Sergio Moro e confirmada em segunda instância, totalizou uma pena de 12 anos e um mês. Além disso, tornou o ex-presidente inelegível, coincidentemente ou não, no exato momento em que ele estava liderando as pesquisas das eleições presidenciais de 2018. Possivelmente, o impedimento da eleição foi uma oportunidade para a vitória de Jair Bolsonaro. Segundo o site *The Intercept* Brasil (2019), que realizou o vazamento das conversas, a importância da reportagem aumentou ainda mais logo após Moro ser nomeado para o Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil.

No dia 9 de junho de 2019, o site de jornalismo independente divulgou mensagens referentes ao período de 2014 até este ano entre o até então juiz Sérgio Moro e o coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato, Deltan Dallagnol. Os diálogos apresentados relatam indícios de que a operação tinha como objetivo prejudicar a possível candidatura do ex-presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT).

O jornalista estadunidense, um dos fundadores e diretor do *The Intercept* Brasil, Glenn Greenwald, afirma que recebeu de uma fonte anônima um material repleto de textos, fotos, áudios e capturas de tela. Bucci (2000, p. 132) descreve a prática:

O que a fonte declara em off, rigorosamente, é algo que não deve ser publicado nem mesmo quando ela, fonte, não é mencionada na reportagem. Diferente disso é aquilo que a fonte declara para publicação, pedindo no entanto sigilo sobre sua identidade. No Brasil, a expressão “declaração em off” admite os dois significados.

Para Greenwald, Reed e Demori (2019) a missão da grande investigação realizada é de “informar à sociedade questões de interesse público e expor transgressões”. Além disso, o site independente afirma que o padrão usado por jornalistas em democracias ao redor do mundo de que informações que revelam infrações por parte de poderosos devem ser noticiadas, mas as que são privadas e tirariam o direito à privacidade do infringente devem ser preservadas. Conforme Greenwald, Reed e Demori (2019)²², “a liberdade de imprensa existe para jogar luz

²² GREENWALD, Glenn; REED, Betsy; DEMORI, Leandro. **COMO E POR QUE O INTERCEPT ESTÁ PUBLICANDO CHATS PRIVADOS SOBRE A LAVA JATO E SERGIO MORO**. 2019. Disponível

sobre aquilo que as figuras mais poderosas de nossa sociedade fazem às sombras”. O jornalista e membro da equipe do *The Intercept* Brasil Alexandre de Santi afirmou que o portal independente não buscou contraponto dos procuradores e demais envolvidos no caso para evitar o impedimento da publicação das reportagens.

No final do mês de julho, a Polícia Federal deflagrou a Operação Spoofing, que resultou na prisão de quatro hackers acusados de envolvimento na invasão de celulares de mais de mil autoridades. Em entrevista ao jornal “Folha de São Paulo”, Walter Delgatti Neto, apontado como o chefe do esquema, afirma que acessou informações que considerou de interesse público e as enviou para Greenwald, em anonimato e de forma gratuita. Sobre o caso, Deltan Dallagnol disse que “não reconhece a autenticidade das mensagens do *Intercept*”.

No dia 2 de setembro, em entrevista ao programa Roda Viva²³, da TV Cultura, Glenn Greenwald afirmou que jamais pagaria para receber informações de fontes “como todos jornalistas legítimos no mundo”. Quando questionado sobre a fonte, o jornalista e advogado responde que o mais importante é o conteúdo que está sendo revelado do que a forma que estão fazendo jornalismo no site *The Intercept*: “o público tem o direito de saber o que essas pessoas, poderosas, fizeram nas sombras”.

Glenn diz acreditar que o trabalho jornalístico do *Intercept* não está enfraquecendo a Lava Jato e nem o combate à corrupção, pelo contrário, “está fortalecendo, pois está levando mais integridade e credibilidade. É impensável usar métodos corruptos, como um juiz colaborando com procuradores nas sombras, em segredo, e depois negando que ele fez isso, publicamente, que foi o que Sergio Moro fez”.

O site *The Intercept Brasil* ainda continua divulgando materiais do caso Vaza Jato, inclusive em parceria com portais da imprensa brasileira, como “*El País*”, “Folha de São Paulo” e “Veja”. Entretanto, até o momento, os envolvidos no escândalo seguem negando qualquer relação com as mensagens, questionando a procedência do conteúdo vazado e, além disso, criticando a imprensa brasileira independente. Apesar dos envolvidos negarem, a Vaza Jato segue gerando um debate entre procuradores e ministros do STF.

em: <<https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>>. Acesso em: 09 jun. 2019.

²³ RODA Viva | Glenn Greenwald | 02/09/2019. São Paulo: Tv Cultura, 2019. Son., color. Legendado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0zMSZuTPJB4>. Acesso em: 01 out. 2019.

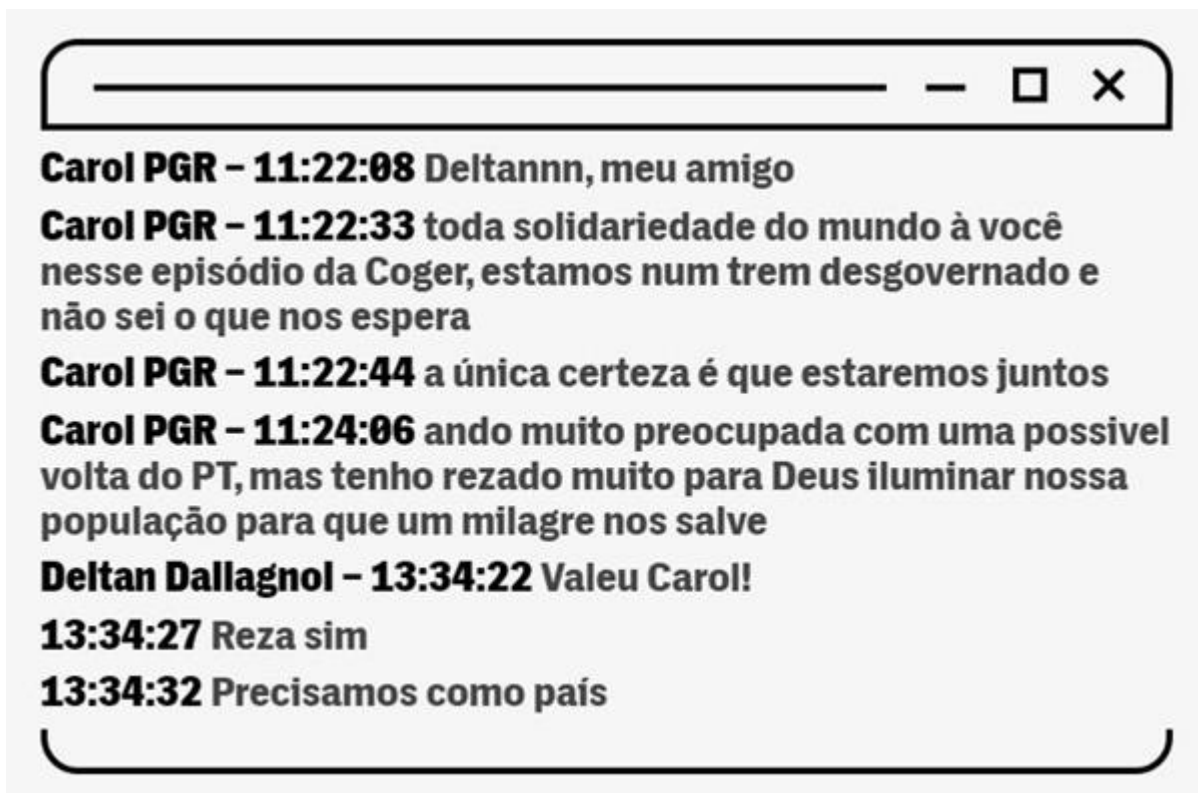
4.5 AS CONVERSAS VAZADAS ENTRE PROCURADORES E JUÍZES DA LAVA JATO PELO PORTAL INDEPENDENTE *THE INTERCEPT* BRASIL

Neste capítulo são analisadas as conversas privadas e em grupos da força-tarefa da Operação Lava Jato no aplicativo de mensagens instantâneas Telegram, em que mostram procuradores de Curitiba, liderados por Deltan Dallagnol, em discussões sobre como dificultar uma entrevista do ex-presidente Lula para a coluna de Mônica Bergamo, da “Folha de S. Paulo”, que foi autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski. Nas falas, os integrantes do grupo afirmavam que a entrevista “pode eleger o Haddad”, candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais de 2018, ou permitir a “volta do PT” ao governo. Entretanto, durante muito tempo, os procuradores garantiram não ter motivações políticas ou partidárias. Com receio da suposta entrevista de Lula, eles desenvolveram estratégias para derrubar a decisão judicial que liberou o acontecimento. De acordo com o que foi noticiado pelo Consultor Jurídico²⁴, “na decisão, o ministro citou que o Plenário do STF garantiu ‘a ‘plena’ liberdade de imprensa como categoria jurídica proibitiva de qualquer tipo de censura prévia”.

Nas mensagens, a procuradora Laura Tessler relatou o motivo da implicância dos procuradores: “sei lá....mas uma coletiva antes do segundo turno pode eleger o Haddad”. Enquanto isso, em mensagens privadas, Deltan Dallagnol conversava com uma amiga identificada no Telegram – e pelo TIB – apenas como Carol PGR. Em uma das mensagens, Carol parabeniza o procurador pelo seu trabalho e afirma estar rezando para que o retorno do PT ao governo não ocorresse.

²⁴ COELHO, Gabriela. **Lewandowski autoriza Lula a conceder entrevista da prisão**. 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-set-28/lewandowski-autoriza-lula-dar-entrevistas-prisao>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

Figura 3 - Ilustração de mensagem retirada da matéria do site The Intercept Brasil



Fonte: The Intercept Brasil

Matéria do jornal “O Globo” chamou a atenção de Dallagnol. “Caso Bancoop: triplex do casal Lula está atrasado”²⁵, escrita pela jornalista Tatiana Farah, foi a primeira abordagem sobre o caso do apartamento de Lula no Guarujá, antes da Lava Jato. Às 22h45, Deltan se refere à matéria em um grupo da seguinte forma: “tesão demais essa matéria do O GLOBO de 2010. Vou dar um beijo em quem de Vcs achou isso.”. Neste trecho, podemos observar que há uma proximidade entre os integrantes do grupo apenas pela forma que conversam entre si, sem a postura apropriada de procuradores e juízes.

Os procuradores justificaram que o caso do triplex de Lula tinha ligação com a Petrobras. Entretanto, nas mensagens vazadas do grupo da Lava Jato, foi descoberto que os procuradores blefaram, pois não tinham convicção do envolvimento, mesmo antes de apresentarem a denúncia na 13ª vara de Curitiba. O documento foi exibido ao público em um PowerPoint.

²⁵ FARAH, Tatiana. **Caso Bancoop: triplex do casal Lula está atrasado**. 2010. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/caso-bancoop-triplex-do-casal-lula-esta-atrasado-3041591>>. Acesso em: 29 set. 2019.

Figura 4 - Deltan Dallagnol apresenta denúncia contra o ex-presidente Lula



Fonte: Reprodução/MPF

No fim da matéria “Exclusivo: Deltan Dallagnol duvidava das provas contra Lula e de propina da Petrobras horas antes da denúncia do tríplex”²⁶, parte 3 do compilado da Vaza Jato, os jornalistas Martins, Demori e Greenwald (2019) informam, em uma atualização do conteúdo, que a força-tarefa da Lava Jato se pronunciou após divulgação da matéria por meio de três notas:

A força-tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal emitiu três notas após a publicação da reportagem. Nelas, dedicou especial atenção à “ação criminosa de um hacker que praticou os mais graves ataques à atividade do Ministério Público, à vida privada e à segurança de seus integrantes” e disse que “oferece acusações quando presentes provas consistentes dos crimes. Antes da apresentação de denúncias são comuns debates e revisões sobre fatos e provas, de modo a evitar acusações frágeis em prejuízo aos investigados”. “No caso Triplex, a prática dos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro foi examinada por nove juízes em três instâncias que concordaram, de forma unânime, existir prova para a condenação”. Também em nota, o ministro Sergio Moro disse que “não se vislumbra qualquer anormalidade ou direcionamento da atuação enquanto magistrado, apesar de terem sido retiradas de contexto e do sensacionalismo das matérias”. O Intercept refuta a acusação de sensacionalismo e informa que trabalhou com rigor para que todas as conversas fossem reproduzidas dentro do contexto adequado.

A quarta parte das matérias divulgadas pelo *The Intercept* Brasil, intitulada “Exclusivo: chats privados revelam colaboração proibida de Sergio Moro com Deltan

²⁶ MARTINS, Rafael Moro; DEMORI, Leandro; GREENWALD, Glenn. **Exclusivo: Deltan Dallagnol duvidava das provas contra Lula e de propina da Petrobras horas antes da denúncia do tríplex**. 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/06/09/dallagnol-duvidas-triplex-lula-telegram-petrobras/>>. Acesso em: 09 jun. 2019.

Dallagnol na Lava Jato”²⁷, reúne um compilado de mensagens no período de 2015 a 2017 entre Dallagnol e Moro. Nas conversas, o até então juiz sugeriu ao procurador uma alteração na ordem de fases da Operação Lava Jato, mas conforme Martins, Santi e Greenwald (2019) não foi apenas isso:

[...] cobrou agilidade em novas operações, deu conselhos estratégicos e pistas informais de investigação, antecipou ao menos uma decisão, criticou e sugeriu recursos ao Ministério Público e deu broncas em Dallagnol como se ele fosse um superior hierárquico dos procuradores e da Polícia Federal.

Como exemplo do trecho citado acima, em uma das conversas Moro questiona Dallagnol: “Não é muito tempo sem operação?”, após um mês sem ações da força-tarefa. Entretanto, de acordo com o art. 4º do Código de Ética da Magistratura Nacional (2008), apresentado no site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)²⁸, é exigido que o magistrado seja “eticamente independente e que não interfira, de qualquer modo, na atuação jurisdicional de outro colega, exceto em respeito às normas legais”. Além disso, no art 5º é ressaltado que o magistrado não deve ser influenciado em nenhum caso: “impõe-se ao magistrado pautar-se no desempenho de suas atividades sem receber indevidas influências externas e estranhas à justa convicção que deve formar para a solução dos casos que lhe sejam submetidos”.

Segundo consta no site do CNJ, o uso do Código de Ética da Magistratura “é instrumento essencial para os juízes incrementarem a confiança da sociedade em sua autoridade moral”. No decorrer do Código de Ética da Magistratura Nacional (2008), são destacados os seguintes atributos:

Art. 1º O exercício da magistratura exige conduta compatível com os preceitos deste Código e do Estatuto da Magistratura, norteando-se pelos princípios da independência, da imparcialidade, do conhecimento e capacitação, da cortesia, da transparência, do segredo profissional, da prudência, da diligência, da integridade profissional e pessoal, da dignidade, da honra e do decoro.

Art. 8º O magistrado imparcial é aquele que busca nas provas a verdade dos fatos, com objetividade e fundamento, mantendo ao longo de todo o processo uma distância equivalente das partes, e evita todo o tipo de comportamento que possa refletir favoritismo, predisposição ou preconceito.

²⁷ MARTINS, Rafael Moro; SANTI, Alexandre de; GREENWALD, Glenn. **Exclusivo: chats privados revelam colaboração proibida de Sergio Moro com Deltan Dallagnol na Lava Jato**. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/09/chat-moro-deltan-telegram-lava-jato/>. Acesso em: 09 jun. 2019.

²⁸ JUSTIÇA, Conselho Nacional de. **Código de Ética da Magistratura**. 2008. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/codigo-de-etica-da-magistratura/>. Acesso em: 31 out. 2019.

Na reportagem intitulada “Exclusivo: chats privados revelam colaboração proibida de Sergio Moro com Deltan Dallagnol na Lava Jato”, Martins, Santi e Greenwald (2019) ressaltam o Código:

A Constituição brasileira estabeleceu o sistema acusatório no processo penal, no qual as figuras do acusador e do julgador não podem se misturar. Nesse modelo, cabe ao juiz analisar de maneira imparcial as alegações de acusação e defesa, sem interesse em qual será o resultado do processo.

Na obra “A imprensa e o dever da liberdade”, Bucci (2009, p. 20) contextualiza o propósito do jornalismo nos dias atuais como algo que “vem antes e acima dos demais”. Sobre a existência de mídias dedicadas ao jornalismo, Bucci (2000, p. 33) declara:

[...] devem existir porque os cidadãos têm o direito à informação (garantido em todo o mundo democrático, sobretudo desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, que estabelece, no artigo 19, o direito à liberdade de opinião e expressão, que inclui a liberdade de “procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”, e garantido também no Brasil, pela Constituição Federal, artigo 5º - XIV). Sem que esse direito seja atendido, a democracia não funciona, uma vez que o debate público pelo qual se formam as opiniões entre os cidadãos, se torna um debate viciado.

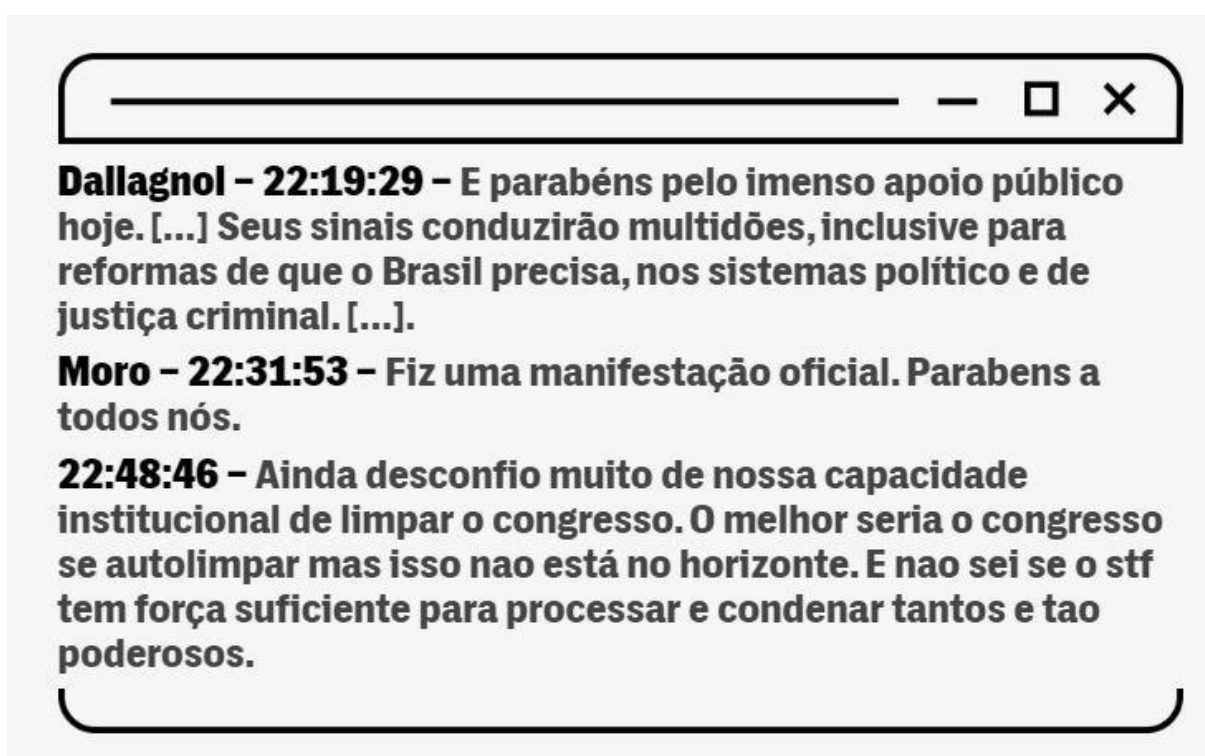
No entanto, as mensagens entre Moro e Dallagnol demonstram que o ex-juiz interferiu no trabalho do Ministério Público Federal (MPF), ato considerado proibido, e passou a atuar como um auxiliar da acusação. Sergio Moro negou o envolvimento com o MPF no seminário “Combate à Lavagem de Dinheiro”²⁹, evento realizado pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco Nacional), ocorrido no dia 17 de março de 2016, em Curitiba. Na palestra, ele resolve esclarecer a situação: “eu não tenho estratégia de investigação nenhuma. Quem investiga ou quem decide o que vai fazer e tal é o Ministério Público e a Polícia. O juiz é reativo”. Entretanto, em uma conversa no dia 21 de fevereiro de 2016, Moro entrevistou em um planejamento do MP: “Olá Diante dos últimos . desdobramentos talvez fosse o caso de inverter a ordem da duas planejadas”. A 23ª fase da Lava Jato, denominada Operação Acarajé, ocorreu no dia seguinte, dia 22 de fevereiro de 2016.

Em 31 de agosto de 2016, Moro questionou Dallagnol novamente: “Não é muito tempo sem operação?”. Mais tarde o procurador respondeu: “É sim”. Com isso, após três semanas da conversa, foi deflagrada a próxima operação. Mas essa ligação entre

²⁹ SÉRGIO MORO | CURITIBA/PR: **Seminário 'Combate à Lavagem de Dinheiro' | Parte 5**. Curitiba: Unafisco Nacional, 2016. Son., color. Disponível em: <https://youtu.be/8mMwU37tPUU>. Acesso em: 29 set. 2019.

procurador e juiz já existia anteriormente, conforme mensagens de 7 de dezembro de 2015. Moro repassou pistas sobre o caso de Lula para que a equipe do MP fosse atrás: “Entao. Seguinte. Fonte me informou que a pessoa do contato estaria incomodado por ter sido ela solicitada a lavratura de minutas de escrituras para transferências de propriedade de um dos filhos do ex Presidente”. Depois, ele passa o contato da suposta testemunha do caso: “Aparentemente a pessoa estaria disposta a prestar a informação. Estou entao repassando. A fonte é seria”, completou Moro. Pouco tempo depois Deltan Dallagnol responde: “Obrigado!! Faremos contato”.

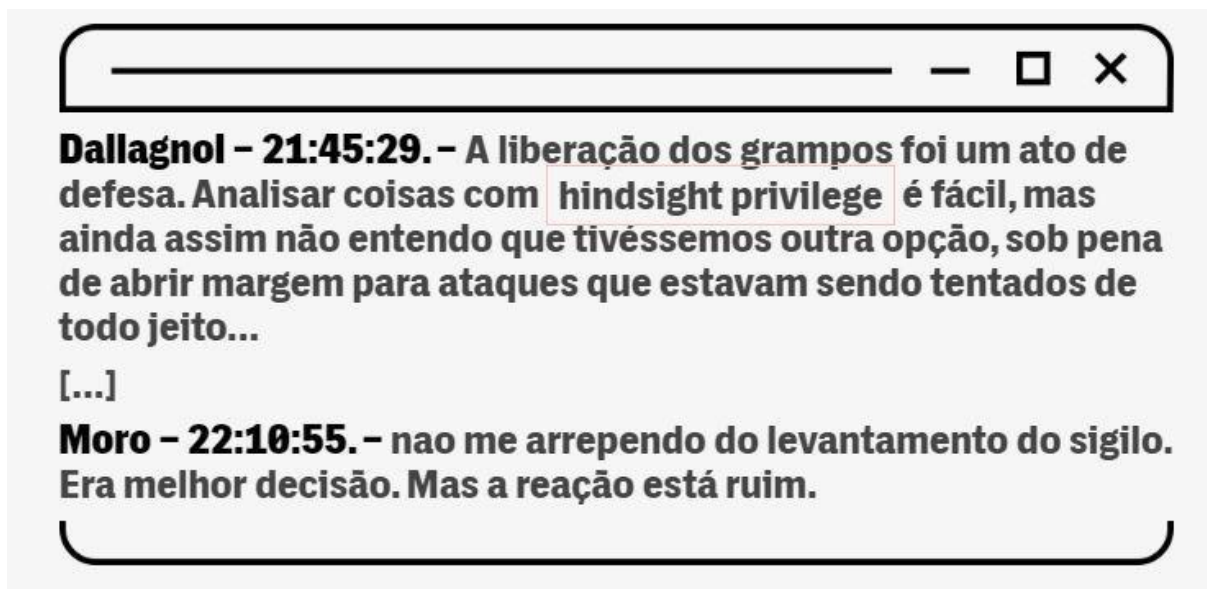
Figura 5 - Ilustração de mensagem retirada da matéria do site The Intercept Brasil



Fonte: The Intercept Brasil

As mensagens acima ocorrem após protestos contra a ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016. Como podemos observar, Moro expõe seu desejo de “limpar” o Congresso. Após a conversa, mais precisamente três dias depois, Rousseff tentaria nomear o ex-presidente Lula para a Casa Civil, e foi assim que Moro acabou divulgando a conversa gravada entre ambos.

Figura 6 - Ilustração de mensagem retirada da matéria do site The Intercept Brasil

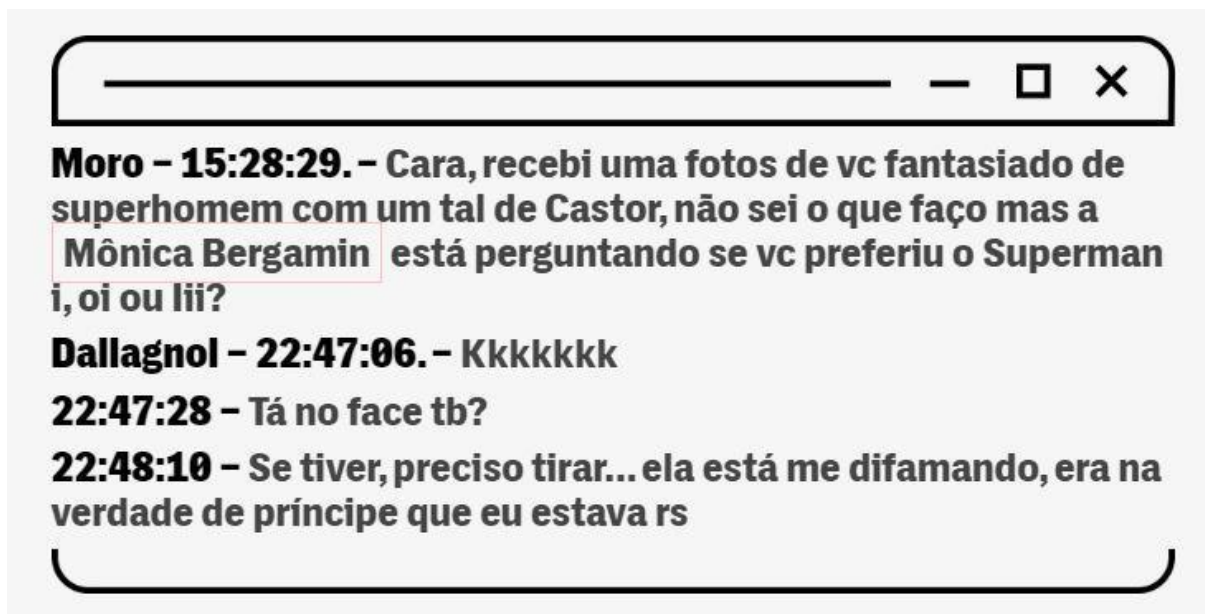


Fonte: The Intercept Brasil

A conversa acima aconteceu após a grande repercussão e críticas do conteúdo vazado entre Dilma e Lula. Alguns dias depois da conversa, Moro pediu desculpas por ter tomado a decisão de divulgar os áudios.

No decorrer das conversas, é notável como a proximidade entre procurador e juiz aumentam, como na captura de tela abaixo, em que ambos utilizam tons descontraídos e falam sobre situações da vida pessoal.

Figura 7 - Ilustração de mensagem retirada da matéria do site The Intercept Brasil



Fonte: The Intercept Brasil

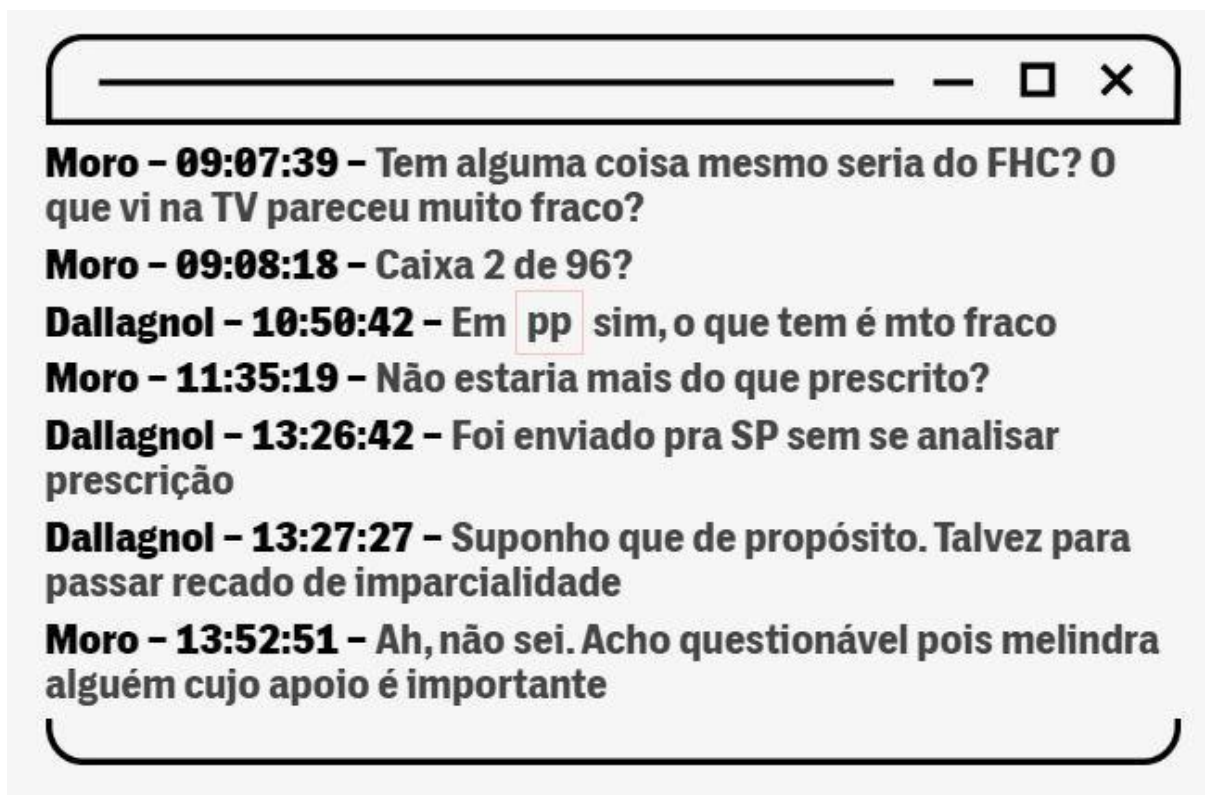
No dia 14 de junho deste ano, Moro concedeu uma entrevista ao jornal “Estado de S. Paulo”³⁰. Sobre as conversas vazadas, o atual ministro, encerrando as especulações de que iria se afastar do cargo, disse que o Brasil está perante “um crime em andamento” (MACEDO; BRANDT, 2019). Quando questionado sobre a comunicação entre procuradores, juízes, advogados, Moro diz que “é normal trocar informação, claro, dentro da licitude”, e ainda afirma que a prática “acontece o tempo todo”. Além disso, o ex-juiz assegurou que “isso não tem nenhum comprometimento, vamos dizer assim, das provas, das acusações, do papel separado entre o juiz, o procurador e o advogado”. Em um dos trechos da entrevista, Moro refere-se ao *The Intercept Brasil* como mídia sensacionalista “com base em ataques criminosos de hackers”.

Macedo e Brandt (2019) questionam a participação do ministro no possível esquema de impedir que o ex-presidente Lula se candidatasse nas últimas eleições, de 2018. Em resposta, Moro afirma que não vê “nenhum viés político nas mensagens” que lhe foram atribuídas. No entanto, o trecho de uma conversa entre Moro e Dallagnol, do dia 13 de abril de 2017, mostra que o ministro repreendeu o início de

³⁰ MACEDO, Fausto; BRANDT, Ricardo. **Leia a íntegra da entrevista com Sérgio Moro**. 2019. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/leia-a-integra-da-entrevista-com-sergio-moro/>. Acesso em: 23 out. 2019.

investigações relacionadas ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) na Lava Jato.

Figura 8 - Ilustração de mensagem retirada da matéria do site The Intercept Brasil



Fonte: The Intercept Brasil

Como podemos observar na captura de tela acima, retirada do site do *The Intercept* Brasil, a suposta investigação acerca de FHC seria apenas para transparecer uma imagem de imparcialidade dos procuradores e juízes da operação.

Os vazamentos impactaram também na relação de Moro com a Lava Jato, já que diversos juristas ressaltaram que o juiz deve ser imparcial, e conforme as mensagens vazadas, Moro não teria sido. Em entrevista ao programa Roda Viva³¹, no dia 7 de outubro deste ano, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, foi questionado sobre as mensagens vazadas pelo *The Intercept*. Em sua resposta, ele afirmou que os vazamentos poderiam inocentar o ex-presidente Lula. Mesmo sem ter possível relação com os vazamentos, recentemente, no dia 7 de novembro deste ano, o STF decidiu derrubar a prisão após condenação em segunda

³¹ RODA Viva | Gilmar Mendes | 07/10/2019. São Paulo: Tv Cultura, 2019. Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-X-rECWSNJw>. Acesso em: 09 out. 2019.

instância, gerando alteração de um acordo adotado no ano de 2016. Com o veredito, Lula foi liberado no dia seguinte, 8 de novembro, da Superintendência da Polícia Federal (PF), onde estava preso desde abril de 2018. Danilo Pereira Jr., juiz de Lula, autorizou que o réu recorra em liberdade.

Em meio à polêmica da Vaza Jato, Mendes fez críticas à Lava Jato, afirmando que “não se combate o crime cometendo crimes”. Entretanto, o ministro também criticou a imprensa brasileira. Mendes afirmou que as mídias “criaram falsos heróis”. Em relação ao *The Intercept*, ele afirma que, caso as conversas não tivessem sido divulgadas, “teríamos pessoas vendendo operações como, por exemplo, forçando pessoas a comprar palestras”. Além disso, em crítica ao relacionamento entre procuradores e juízes, o ministro comentou: “essa integração entre juiz e promotor não tem nada a ver com o nosso sistema”. Por intermédio de Mendes, o STF vai acionar a Procuradoria-Geral da República para verificar a autenticidade das mensagens vazadas. Caso a apuração ateste a veracidade das mensagens, o conteúdo poderá ser utilizado em processos que resultarão em repercussões sobre decisões judiciais e agentes públicos que atuaram na Operação Lava Jato. Ou seja, as repercussões dos vazamentos estão apenas começando.

A grande diferença entre os casos do *The Intercept* Brasil e *Watergate* é como a fonte foi utilizada. No acontecimento relatado pelo jornal *The Washington Post*, dos Estados Unidos, os jornalistas Bernstein e Woodward foram atrás e investigaram por conta própria, contatando fontes e reunindo informações importantes. Já com a Vaza Jato, uma fonte anônima foi atrás da redação do portal independente brasileiro *The Intercept*, apresentando imprudências em conversas privadas entre procuradores e juízes da Operação Lava Jato. Mesmo com anos de diferença, os dois acontecimentos retratam escândalos políticos e de interesse público, além do uso da fonte em off. De acordo com Silva e Maia (2011, p. 32) a análise utilizada nesta monografia, de cobertura jornalística, serve para:

investigar como um determinado veículo estrutura a cobertura de assuntos em geral ou de acontecimentos específicos, verificando as marcas das técnicas e estratégias de apuração e composição da matéria jornalística a respeito de qualquer tema/assunto/acontecimento.

Até o presente momento, o *The Intercept* Brasil continua divulgando conteúdos relevantes para a sociedade brasileira, que necessita saber o que realmente acontece na Operação Lava Jato e em atuações de procuradores e juízes. No entanto, ao

contrário do caso *Watergate*, a identidade da fonte que repassou informações para a Vaza Jato não foi revelada, e de acordo com a ética e responsabilidade jornalística, acredita-se que não seja divulgada tão cedo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo não é nada sem fontes. A fonte é uma espécie de órgão vital do corpo jornalístico. Sem ela, não saberíamos de informações cruciais e relatos seriam feitos somente por autoridades oficiais. Logo, não teríamos uma outra versão dos fatos. Talvez, não teríamos a real versão dos fatos.

Esta monografia, que consistiu na análise da utilização da fonte em off, método usado pelos veículos *The Washington Post* e *The Intercept* Brasil, que, respectivamente, foram protagonistas nos casos *Watergate* e *Vaza Jato*.

O objetivo deste trabalho foi compreender a importância das fontes jornalísticas, principalmente a fonte em off. Para isso, foi apresentado no terceiro capítulo, dividido em três partes, os tipos de fontes existentes no jornalismo e suas principais características, enfatizando a fonte em off. É fundamental juntar dois casos significativos para o jornalismo que, mesmo com tantos anos de diferença, possuem alguma semelhança em termos de uso de informações a partir de informantes ocultos para tratar de escândalos políticos.

No caso *Watergate*, podemos notar como todo o acontecimento foi apurado, como foi feita a busca por fontes cruciais e a forma que toda a investigação resultou em um grande acontecimento: a renúncia do 37º presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon. Os jornalistas do jornal *The Washington Post*, Bob Woodward e Carl Bernstein, deram o pontapé inicial nas investigações do caso, que trouxe à tona uma das fontes sigilosas mais significativas do jornalismo, o Garganta Profunda.

Nas mensagens vazadas pelo *The Intercept* Brasil, é possível identificar o posicionamento do coordenador da força-tarefa da Operação Lava Jato, Deltan Dallagnol, e do até então juiz Sergio Moro, mesmo que ambos não assumam isso. Os trechos retratados na análise deste trabalho identificam atuação profissional antiética e parcialidade na avaliação de casos envolvendo pessoas importantes, como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o levou à prisão no mês de abril de 2018. Lula foi solto em 8 de novembro de 2019 devido à decisão STF de derrubar prisão após condenação em segunda instância.

A forma como o portal independente divulga as reportagens sobre os vazamentos é pensada e calculada. A preocupação do *Intercept* é dividir os conteúdos que são de interesse público dos que são apenas sobre a vida privada de pessoas

envolvidas no caso. Por esta razão, os materiais demoram para ser publicados, além da confirmação das informações, que é realizada antes da divulgação.

Sergio Moro, atual ministro da Justiça e Segurança Pública do Brasil, segue afirmando que não vê anormalidade em sua atuação como juiz da Lava Jato. Entretanto, durante a análise desta monografia, foram destacados artigos do Código de Ética da Magistratura e foi possível notar divergências na postura profissional de Moro e Deltan Dallagnol.

Nas conversas vazadas, podemos observar que os integrantes de um grupo no aplicativo Telegram afirmavam que uma entrevista do ex-presidente Lula para a coluna da jornalista Mônica Bergamo, da “Folha de S. Paulo” poderia eleger Haddad, candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais de 2018, ou permitir a “volta do PT” ao poder. No entanto, procuradores garantem que não se envolvem em motivações políticas ou partidárias dentro de investigações.

Neste estudo, compreendemos que o jornalismo investigativo e a fonte em off são elementos fundamentais da profissão. A fonte sigilosa nos possibilita ter conhecimento de um fato ainda desconhecido, quando poderíamos ter apenas as versões de fontes oficiais de casos como *Watergate* e *Vaza Jato*.

Durante a pesquisa é perceptível que a utilização da fonte em off é distinta entre os casos. Devemos ressaltar que no caso *Watergate* a principal fonte foi atrás dos jornalistas do jornal *The Washington Post*, já na *Vaza Jato* o portal independente The Intercept Brasil recebeu, por meio da fonte em off, documentos com as conversas privadas. No fato ocorrido nos Estados Unidos, os jornalistas Woodward e Bernstein realizaram uma grande busca por fontes capazes de relatar o acontecimento e confirmar os envolvidos no caso. Os repórteres iam de casa em casa questionando possíveis fontes, já os jornalistas envolvidos na repercussão da *Vaza Jato* receberam o material em mãos. A partir deste momento, foram iniciadas as apurações para conferir o que era de interesse público ou não. Mas neste caso, os jornalistas do Intercept não precisaram ir atrás de fontes específicas, muito menos montaram um plano para invadir o sistema do aplicativo Telegram para obter as mensagens privadas entre procuradores e juízes da Operação Lava Jato.

Em *Watergate*, a identidade da fonte mais secreta da história do jornalismo veio à tona somente no ano de 2005. Ao contrário do esperado, que os jornalistas a revelariam, a própria fonte escolheu por expor seu envolvimento no caso que chocou a população dos Estados Unidos. Aos 91 anos, durante entrevista para a revista *Vanity*

Fair e ao lado de um advogado, Mark Felt revelou ser o Garganta Profunda. Na época, ele exercia o segundo cargo mais importante do FBI, colocando em risco sua profissão.

Entretanto, ao contrário do desfecho acima, até o momento não foi revelada a identidade da fonte que repassou as conversas entre procuradores e juízes para os jornalistas do *The Intercept*, dando início à Vaza Jato. Acredita-se que é imprescindível respeitar a decisão de não ser revelada a identidade da fonte, como consta no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. A legislação do Brasil não obriga jornalistas a revelarem suas fontes.

Um dos objetivos desta monografia foi analisar o posicionamento dos meios de comunicação nos quais cada caso foi retratado. Podemos observar que as reportagens divulgadas pelo *Intercept* carregam um gênero opinativo e não escondem o posicionamento político, principalmente em mídias sociais, onde repórteres do veículo criticam o atual governo do presidente Jair Bolsonaro. A maioria das reportagens do *The Washington Post* é do gênero informativo, e mesmo assim o jornal foi acusado de apoiar o Partido Democrata, adversário de Nixon. Nos trechos analisados neste trabalho não foi identificado nenhum posicionamento político exato. A famosa dupla Woodstein preza por um tom mais informativo do que crítico. No entanto, apenas em algumas passagens é possível notar uma breve crítica ao governo, acusando-o – ou apenas informando – que o desejo dos republicanos era arruinar a campanha eleitoral dos democratas e fazer com que a sociedade descreditasse nos candidatos do partido à presidência.

Neste estudo, entende-se que o jornalismo investigativo é uma área fundamental dentro do jornalismo convencional, mesmo que tenha seus riscos e dificuldades, contribui com a sociedade, visto que casos políticos, irregularidades em empresas e crimes em geral são investigados e apontados por jornalistas.

Foi possível concluir que a fonte é uma das partes mais indispensáveis dentro de uma reportagem jornalística, independente da área abrangente. Identificou-se que a fonte possui o direito de não querer ser identificada, mas cabe ao jornalista respeitar isso. Por esta razão que se fez necessário abordar a ética jornalística e liberdade de imprensa, ressaltando os direitos e deveres de jornalistas por meio do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, na qual retrata a importância da responsabilidade que comunicadores precisam ter, principalmente quando se trata de fontes. No entanto, o

repórter deve confiar já desconfiando e tentar captar a intenção da fonte em revelar tais informações, ainda mais em tempos de *fake news*.

Assim como o jornalismo convencional, o jornalismo investigativo serve para apurar e informar o público. No entanto, a área investigativa realiza uma densa apuração de conteúdos, desenvolvimento e dados importantes. Geralmente, as reportagens investigativas são caracterizadas por escândalos políticos, crimes, desvios em grandes empresas, entre outros. Fortes (2005, p. 26) retrata que o jornalista investigativo passou a ser considerado “como uma espécie de entidade pronta para revelar os segredos da nação, sejam eles arquivos da ditadura ou os bastidores da demissão de um ministro qualquer”.

Por meio da análise realizada nesta monografia, foi possível evidenciar a importância da fonte dentro do jornalismo. Sem Garganta Profunda e outras fontes possivelmente não teríamos desfecho no caso *Watergate* e Nixon continuaria no poder, o que alteraria o cenário político dos Estados Unidos. Se a pessoa que repassou as conversas vazadas entre juízes e procuradores da Lava Jato guardasse as mensagens para si, não saberíamos o que aconteceu por trás de investigações da Polícia Federal, muito menos sobre a parcialidade e antiética existentes na atuação de membros da operação.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Fernanda da Cunha. **Jornalismo potencializador e as formas de narrar o outro - a alteridade brasileira no New York Times**. 2008. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação Social, Puc-rio, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=11960@1>>. Acesso em: 21 ago. 2019.
- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Interpretativo: Filosofia e técnica**. Porto Alegre: Sulina, 1976.
- BERNSTEIN, Carl; WOODWARD, Bob. **Todos os homens do presidente**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A, 1976. 283 p. Tradução de Tonie Thomson.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal nº 91, de 05 de outubro de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 nov. 2019.
- BUCCI, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade**. São Paulo: Contexto, 2009.
- BUCCI, Eugênio. **Quando juízes desrespeitam a imprensa**. 2017. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/politica/eugenio-bucci/noticia/2017/03/quando-juizes-desrespeitam-imprensa.html>>. Acesso em: 01 nov. 2019
- BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- COELHO, Gabriela. **Lewandowski autoriza Lula a conceder entrevista da prisão**. 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-set-28/lewandowski-autoriza-lula-dar-entrevistas-prisao>. Acesso em: 08 nov. 2019.
- DUARTE, Jorge. **Pequeno guia de relacionamento com a imprensa para fontes da área pública**. 2016. Disponível em: <<https://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2016/07/Guia-de-relacionamento-com-a-imprensa.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2019.
- ESTADO, Agência. **Brasil é o 8º país com maior número de mortes de jornalistas em 2018**. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/brasil-e-o-8o-pais-com-maior-numero-de-mortes-de-jornalistas-em-2018/>>. Acesso em: 11 nov. 2019.
- FARAH, Tatiana. **Caso Bancoop: triplex do casal Lula está atrasado**. 2010. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/caso-bancoop-triplex-do-casal-lula-esta-atrasado-3041591>. Acesso em: 29 set. 2019.
- FORTES, Leandro. **Jornalismo Investigativo**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

FREITAS JUNIOR, Osmar. **O Algoz de Nixon**. 2005. Disponível em: <https://istoe.com.br/6657_O+ALGOZ+DE+NIXON/>. Acesso em: 04 nov. 2019.

GREENWALD, Glenn; REED, Betsy; DEMORI, Leandro. **COMO E POR QUE O INTERCEPT ESTÁ PUBLICANDO CHATS PRIVADOS SOBRE A LAVA JATO E SERGIO MORO**. 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/>>. Acesso em: 09 jun. 2019.

GUROVITZ, Helio. **O Watergate e a essência do jornalismo profissional**. 2016. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/helio-gurovitz/noticia/2016/04/o-watergate-e-essencia-do-jornalismo-profissional.html>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

HUNTER, Mark Lee. **A Investigação a partir de histórias: um manual para jornalistas investigativos**. UNESCO, 2013. E-book. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=WE6_DQAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 9 out. 2019.

JORNALISTAS, **Federação Nacional dos. Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. 2007. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 30 out. 2019.

JUSTIÇA, **Conselho Nacional de. Código de Ética da Magistratura**. 2008. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/codigo-de-etica-da-magistratura/>>. Acesso em: 18 set. 2008.

KARAM, Francisco José; SCHMITZ, Aldo Antonio. **A ética lado a lado: fontes de notícias e jornalistas frente a frente**. 2010. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<https://objethos.files.wordpress.com/2009/09/fontes-de-lado-a-lado.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2019.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo: Norte e Sul - Manual de Comunicação**. São Paulo: Edusp, 1997. Tradução de Rafael Varela Jr. Disponível em: <https://books.google.com.br/books/about/Conceitos_de_Jornalismo_Norte_e_Sul_Manu.html?id=Pt0elrBMD1gC&printsec=frontcover&source=kp_read_button&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 15 ago. 2019.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MACEDO, Fausto; BRANDT, Ricardo. **Leia a íntegra da entrevista com Sérgio Moro**. 2019. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/leia-a-integra-da-entrevista-com-sergio-moro/>>. Acesso em: 14 jun. 2019.

MARTINS, Rafael Moro; DEMORI, Leandro; GREENWALD, Glenn. **Exclusivo: Deltan Dallagnol duvidava das provas contra Lula e de propina da Petrobras horas**

antes da denúncia do triplex. 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/06/09/dallagnol-duvidas-triplex-lula-telegram-petrobras/>>. Acesso em: 09 jun. 2019.

MARTINS, Rafael Moro; SANTI, Alexandre de; GREENWALD, Glenn. **Exclusivo:** chats privados revelam colaboração proibida de Sergio Moro com Deltan Dallagnol na Lava Jato. 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/06/09/chat-moro-deltan-telegram-lava-jato/>>. Acesso em: 09 jun. 2019.

MELLO, Luiz Antonio. **Manual de sobrevivência:** na selva do Jornalismo. Niterói, RJ: Casa Jorge Editorial, 1996.

NITAHARA, Akemi. **Brasil cai três posições em ranking de liberdade de imprensa.** 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-04/brasil-cai-tres-posicoes-em-ranking-de-liberdade-de-imprensa>. Acesso em: 11 nov. 2019.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário.** São Paulo: Contexto, 2006.

PAULO, Folha de São. **Nixon ordenou a invasão ao escritório dos democratas,** diz ex-assessor. 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2807200314.htm>. Acesso em: 07 nov. 2019.

ROCHA, Paula Melani; NORONHA, Mariana Galvão. **As especificidades da apuração no processo de produção da reportagem.** Estudos em Comunicação, [s.l.], n. 23, p.171-193, 19 dez. 2016. Universidade da Beira Interior. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20287/ec.n23.a08>. Acesso em: 11 out. 2019

SCHMITZ, Aldo Antônio. **Fontes de notícias:** ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=vm4RJfEo-zQC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 25 set. 2019.

SCHUDSON, Michael. **O MODELO AMERICANO DE JORNALISMO: EXCEPÇÃO OU EXEMPLO?** Lisboa, Portugal: Comunicação & Cultura, n. 3, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/10382/1/03_06_Michael_Schudson.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo investigativo:** o fato por trás da notícia. SUMMUS EDITORIAL, 2005. E-book. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=SfCC_dT6mplC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 9 out. 2019.

SÉRGIO MORO | CURITIBA/PR: **Seminário 'Combate à Lavagem de Dinheiro' | Parte 5.** Curitiba: Unafisco Nacional, 2016. Son., color. Disponível em: <<https://youtu.be/8mMwU37tPUU>>. Acesso em: 29 set. 2019.

SILVA, Gislene. **Problemática metodológica em jornalismo impresso**. Rumores, [s.l.], v. 2, n. 3, p.1-9, 13 dez. 2008. Universidade de São Paulo, Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-677x.rum.2008.51126>. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51126/55196>>. Acesso em: 15 out. 2019.

SILVA, Gislene; MAIA, Flávia Dourado. **Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico**. Rumores, [s.l.], v. 5, n. 10, p.18-36, 19 dez. 2011. Universidade de São Paulo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-677x.rum.2011.51250>. Disponível em: <http://www.rumores.usp.br/pdf/rumores10_2_gislene_flavia.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos do jornalismo impresso**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br